

# PLANO DE AÇÃO DE GUIMARÃES 2018-2021

## CIDADE AMIGA DAS CRIANÇAS

setembro de 2018



MUNICÍPIO DE  
**GUIMARÃES**



património mundial  
world heritage





## Entidades envolvidas na elaboração do Plano de Ação Local de Guimarães Cidade Amiga das Crianças

Alexandra Cunha- Chefe da Divisão da Ação Social  
Alexandre Simões – Representante da Casa da Juventude de Guimarães  
Alexandrina Ribeiro - Técnica da Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais  
Ana Luísa Bastos e Maria José Nogueira Bastos - Representantes do Hospital Senhora da Oliveira  
Ana Moreno – Colaboradora da Divisão de Ação Social  
Aníbal Rocha - Presidente da Tempo Livre, Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres  
Arminda Timóteo - Representante da Associação de Apoio à Criança  
Carla Martins- Vice reitora da Universidade do Minho  
Carlos Azevedo - Presidente da Federação Concelhia das Associações de Pais de Guimarães  
Carlos Ribeiro – Diretor Executivo do Laboratório da Paisagem  
Cristina Antunes - Enfermeira do Agrupamento de Centros de Saúde do Alto Ave  
Cristina Dias – Chefe de Divisão da CASFIG (Coordenação e Âmbito Social e Financeiro das Habitações Sociais de Guimarães)  
Dalila Sepúlveda – Chefe da Divisão de Serviços Urbanos  
Daniela Miranda - Colaboradora da Divisão de Ação Social, Coordenadora do Plano de Ação Local das Cidades Amigas das Crianças  
Ernesto Machado – Representante do Corpo Nacional de Escutas, Junta de Núcleo de Guimarães  
Filipe Fontes – Diretor do Departamento de Urbanismo e de Promoção do Desenvolvimento  
Firmino Lopes - Professor convidado, Agrupamento de Escolas de Abação  
Frederico Queiróz - Diretor Executivo da Oficina  
Henrique Araújo – Coordenador do Departamento da Polícia Municipal  
Irene Malheiro – Colaboradora da Divisão de Ação Social  
Isabel Baptista – Colaboradora da Divisão de Ação Social, Coordenadora do Gabinete da Rede Social de Guimarães  
Isabel Fernandes - Diretora do Museu Alberto Sampaio, do Paço dos Duques de Bragança e Castelo de Guimarães, DRCN  
Isabel Loureiro – Coordenadora executiva da Estrutura de Missão da candidatura de Guimarães a Capital Verde Europeia 2020  
Isabel Pinho – Chefe da Divisão de Cultura e Turismo  
Jorge Correia – Representante da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Guimarães  
Jorge Cristino – Adjunto do Vereador do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente  
Jorge Fernandes – Chefe da Divisão dos Espaços Verdes  
José Pinheiro- Representante dos Agrupamentos de Escolas no núcleo Executivo da Rede Social  
Luís Pires- Comandante da Guarda Nacional Republicana  
Manuel Martins - Presidente da Associação Comercial e Industrial de Guimarães  
Manuel Sarmiento – Presidente da Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais  
Manuela Silva – Coordenadora do Serviço Local de Guimarães da Segurança Social  
Margarida Morais – Colaboradora da Divisão do Centro Histórico  
Patrícia Ferreira – Secretária da Vereadora da Divisão de Educação  
Paula Oliveira - Vereadora da Ação Social  
Rita Leão- Representante da Fórum Municipal das Pessoas com Deficiência  
Rui Castro – Chefe de Divisão dos Transportes e Espaço Público  
Rui Pereira - Comandante da PSP  
Sérgio Silva – Diretor Executivo do Centro Ciência Viva;  
Sofia Bragança – Chefe do Setor de Promoção e Qualidade da Água na Vimágua  
Tiago Borges - Representante das IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) no núcleo Executivo da Rede Social



## NOTA DE ABERTURA

A UNICEF, através do Programa “Cidades Amigas das Crianças”, pretende melhorar a qualidade de vida das crianças, reconhecendo e realizando os seus direitos, numa lógica de promoção do progresso das comunidades e de implementação de políticas coordenadas para a infância e adolescência.

Reconhecida a importância do envolvimento do nosso município nesta temática, e também considerando a necessidade de dar resposta, com qualidade e coerência, ao projeto “Carta da Cidadania Infantojuvenil” (promovido pela Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais e do qual a Câmara de Guimarães é parceira), foi efetuada uma primeira manifestação de interesse junto do Comité Português para a UNICEF, a 3 de fevereiro de 2016, e posteriormente formalizada a adesão ao Programa “Cidades Amigas das Crianças”, através da assinatura do Protocolo de Cooperação entre o Comité Português para a UNICEF e a Câmara Municipal de Guimarães, no dia 13 de outubro de 2016.

É neste contexto que apresentamos agora o Plano de Ação Local de Guimarães 2018-2021. Trata-se de um documento de orientação e de referência, que assenta numa política de defesa dos direitos dos mais jovens, e coloca o interesse superior das crianças dos 0 aos 18 anos no centro da agenda, reconhecendo e assegurando as suas competências e promovendo a sua participação ativa e inclusão.

Para a sua elaboração demos corpo a um Mecanismo de Coordenação constituído por elementos representativos dos diferentes setores com impacto na vida das nossas crianças, e a um Mecanismo de Participação, consubstanciado no Conselho da Cidadania Infantojuvenil, que integra crianças e jovens das onze comissões sociais interfreguesias do nosso concelho.

Acreditamos que só através de um trabalho efetivo em rede, que garanta a auscultação de todos os parceiros estratégicos e, em lugar de destaque, das crianças, poderemos avançar com segurança, quando em causa está a promoção da participação dos mais novos nas decisões, nas políticas e nos programas do nosso município e também a melhoria do trabalho em articulação entre entidades públicas e privadas na defesa dos direitos das crianças.

As orientações que emanam de todo um processo de diagnóstico prévio da realidade de Guimarães permitiram-nos delinear um conjunto de objetivos e de medidas a implementar nos próximos quatro anos, que organizamos em torno de seis eixos temáticos, e que apresentaremos em pormenor neste documento.

O acerto destes objetivos e o sucesso destas medidas serão o resultado direto do processo contínuo de auscultação que pretendemos adotar para favorecer uma maior participação crítica das crianças.

De facto, é desse processo que pode resultar, com maior ou menor grau de precisão, a perceção real dos pontos de vista, das aspirações, das necessidades, dos sonhos e das capacidades dos nossos mais jovens e das instituições e profissionais que com eles lidam diretamente.

Não o fazemos apenas porque as crianças são o futuro. Fazemo-lo, essencialmente, porque as crianças e os jovens são o presente, um presente capaz de nos surpreender todos os dias pela consciência crítica, pela postura cívica, pela firmeza com que abraçam causas, pela frontalidade sem máscaras com que defendem os seus pontos de vista e pelas capacidades físicas e intelectuais que estão disponíveis para colocar ao serviço do bem comum.

Estou muito confiante que, desta auscultação permanente, resultem os meios que permitam aos poderes públicos servir melhor os mais jovens e a convicção, por parte destes, de que é possível e necessário que participem de forma ativa, crítica e responsável na construção do futuro que almejam para o seu município.

**Domingos Bragança**

**Presidente da Câmara Municipal de Guimarães**



## Índice Geral

1.	ENQUADRAMENTO -----	6
2.	METODOLOGIA -----	9
3.	DIAGNÓSTICO LOCAL -----	17
	3.1. População e Território -----	17
	3.2. Educação -----	17
	3.3. Social -----	19
	3.4. Cultura -----	20
	3.5. Participação -----	21
	3.6. Saúde -----	22
	3.7. Políticas, programas e projetos existentes na área geográfica do município -----	23
4.	DIMENSÃO ESTRATÉGICA E OPERACIONAL -----	30
	4.1. Objetivos Estratégicos -----	32
	4.2. Objetivos Operacionais -----	33
5.	GOVERNAÇÃO -----	48
6.	MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO -----	51
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	75
8.	ANEXOS -----	76
	8.1. ANEXO I - Carta da Cidadania Infantojuvenil	
	8.2. ANEXO II - Declaração de Delegação de Competências	
	8.3. ANEXO III - Atas de Reuniões	

## Índice de Figuras

Figura 1 – Fluxograma do Mecanismo de Coordenação do Plano de Ação Local -----	10
--	----

## Índice de Tabelas

Tabela 1 – Políticas, programas e projetos para crianças existentes em Guimarães -----	24
Tabela 2 – Objetivos Estratégicos -----	32
Tabela 3 - Objetivos Operacionais – EIXO I -----	34
Tabela 4 - Objetivos Operacionais – EIXO II -----	36
Tabela 5 - Objetivos Operacionais – EIXO III -----	38
Tabela 6 - Objetivos Operacionais – EIXO IV -----	41
Tabela 7 - Objetivos Operacionais – EIXO V -----	43
Tabela 8 - Objetivos Operacionais – EIXO VI -----	46
Tabela 9 – Indicadores – EIXO I -----	52
Tabela 10 – Indicadores – EIXO II -----	55
Tabela 11 – Indicadores – EIXO III -----	60



Tabela 12 – Indicadores – EIXO IV -----	65
Tabela 13 – Indicadores – EIXO V -----	68
Tabela 14 – Indicadores – EIXO VI -----	72



## 1. ENQUADRAMENTO

O Município de Guimarães promove sistemática e continuamente ações para as crianças e com as crianças. Ao longo dos últimos anos, várias iniciativas de política pública promovidas pelo e no município de Guimarães contaram com uma ativa participação das crianças.

A realização da cidade de Guimarães como Capital Europeia da Cultura, em 2012, contou com um envolvimento ativo de crianças na sua programação e estabeleceu uma articulação com as escolas, no sentido de uma participação significativa das crianças, não apenas na receção dos inúmeros espetáculos e performances que se realizaram, mas também em ações de representação e apresentação pública num conjunto importante de iniciativas culturais. A Cidade Europeia do Desporto, realizada em 2016, teve no desporto escolar e em ações de desporto para todos uma das suas mais importantes expressões. A preparação da candidatura de Guimarães a Cidade Verde Europeia tem contado com o envolvimento ativo de crianças em ações de educação ambiental ativa. O Orçamento participativo do município conta com uma componente expressiva de Orçamento Participativo Escolar que é exclusivamente participado pelos alunos. Ao nível das competências da Educação, em contexto escolar, muitas são as iniciativas do município que têm sido desenvolvidas nos últimos anos, chegando a TODAS as crianças: o desenvolvimento de competências transversais com as Artes Performativas e a Atividade Física e Desportiva, as idas a espetáculos de teatro, dança, música; o desenvolvimento de projetos específicos como a *CoolBand*, um projeto musical numa escola com meninos de etnia cigana, um programa de desenvolvimento de competências emocionais para todos os alunos do pré-escolar das escolas públicas, um projeto de natação para todos os alunos do pré-escolar. Toda esta atividade insere-se num Projeto Educativo Municipal que assume a EQUIDADE como uma meta, chegando a todas as crianças e anulando as fragilidades familiares e socioeconómicas e culturais. Estas são, entre outras, algumas das iniciativas e dinâmicas que contam com a participação das crianças vimaranenses, de TODAS as crianças.

A partir de 2014 e até abril de 2016, foi construída em Guimarães a Carta da Cidadania Infantojuvenil, documento a partir do qual foi suscitada a candidatura a Cidade Amiga das Crianças. A Carta da Cidadania Infantojuvenil é um documento de orientação estratégica para as políticas públicas orientadas para a infância e dirigidas, no âmbito municipal, por todos os serviços públicos, departamentos locais da administração central e pela Câmara Municipal. A criação da Carta da Cidadania Infantojuvenil realizou-se no âmbito do Programa Cidadania Ativa, coordenado pela Fundação Gulbenkian, teve como entidade promotora a Associação para o Desenvolvimento das Comunidades locais e contou com a parceria da Câmara Municipal de Guimarães e da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Guimarães. Contou ainda com o envolvimento da Universidade do Minho e da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.



A Carta da Cidadania Infantojuvenil assenta num profundo diagnóstico construído participativamente, define seis eixos estratégicos de realização das políticas para a infância e assinala algumas dezenas de medidas de operacionalização. Ela resultou de um amplo movimento de auscultação da sociedade vimaranense e, especialmente, das crianças e jovens do município. Assim, foi instalado um dispositivo de recolha de opinião e de construção de proposta que assentou na realização de grupos focais constituídos por crianças e jovens em todo o território municipal, tendo por base local as comissões sociais interfreguesias da Rede Social, e na realização de vários *fora* temáticos, com a presença dos principais decisores, responsáveis e técnicos que intervêm nos vários setores e espaços estruturais da vida das crianças (educação, proteção social, habitação social, território e ambiente, cultura, família, lazer e desporto e participação cívica). A Carta da Cidadania Infantojuvenil foi aprovada em sessão pública do Conselho da Cidadania Infantojuvenil, constituído pela totalidade das crianças participantes nas reuniões dos grupos focais (realizaram-se três sessões plenárias do Conselho). O diagnóstico foi ainda completado com a realização de entrevistas a informantes-chave e com uma sistematização das estatísticas existentes, provenientes do INE e das principais bases estatísticas nacionais e ainda dos serviços regionais e locais. A Carta da cidadania Infantojuvenil contou ainda, na sua elaboração, com a interlocução com vários peritos internacionais, nomeadamente o eminente pedagogo italiano Francesco Tonucci e o coletivo Acción Educativa, de Madrid, entre outros. Os seus resultados foram divulgados e o intercâmbio com outras experiências locais foi realizado no âmbito de um congresso internacional que se realizou em Guimarães em março de 2016.

Tomando por base a Carta da Cidadania Infantojuvenil, o Plano Local da Cidade Amiga das Crianças foi elaborado através de uma mobilização intensa dos vários departamentos e serviços municipais, bem como dos serviços locais da administração do Estado considerados relevantes e ainda por representantes de organizações não-governamentais, e ainda da Universidade do Minho.

No seu conjunto, este Plano procura integrar e compreender todos os eixos estratégicos e os pilares dos principais documentos reguladores da UNICEF.

O objetivo último é o de promover e desenvolver na cidade de Guimarães e no seu Município políticas públicas amplamente participadas orientadas para a infância e um modelo de governança que permita que todas as crianças se sintam e sejam de facto munícipes e cidadãos e cidadãs dotados de capacidade crítica e de opinião sobre a vida em sociedade, com acesso aos serviços e recursos que garantam os seus direitos de provisão e proteção, empenhados numa cidade sem discriminação, inclusiva e orientada para o bem-estar de todos e de todas, orgulhosos da sua identidade, do seu passado e do seu património inigualável mas orientados para um futuro em que se sintam coconstrutores empenhados e devidamente ouvidos pelos órgãos do poder e pela administração pública, num território onde encontrem equilíbrio,

acessibilidade e sustentabilidade e onde possam livremente exprimir as suas culturas da infância, o seu gosto incansável de viver e a sua identidade de vimeiraneses de pleno direito e cidadãos do mundo.





## 2. METODOLOGIA

O Plano de Ação Local (PAL) é o instrumento de planeamento e execução do programa das Cidades Amigas das Crianças.

O PAL assume um conjunto de princípios, a saber:

- Planeamento Contínuo: assenta num processo de planeamento e diagnóstico contínuo, sendo um documento em atualização permanente;
- Necessidades reais das crianças: o enfoque do planeamento do PAL são as necessidades reais das crianças, por forma a garantir um conjunto de recursos e de ligações intersectoriais e de conhecimento que vão ao encontro da resolução dos problemas identificados e que otimizam e tornam a sua ação mais eficiente e com maior impacto;
- Sensibilização e Informação: o PAL assenta em ações de sensibilização, formação e qualificação sobre os direitos da criança dirigidas a (1) dirigentes e decisores políticos da Câmara Municipal de Guimarães (2) presidentes e qualificadores das 11 Comissões Sociais de Freguesia/Interfreguesia do concelho (3) organizações da sociedade civil e (4) técnicos.

Refira-se que as Comissões Sociais de Freguesia/Interfreguesia são estruturas do Conselho Local de Ação Social de Guimarães, que se constituem como plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social ao nível da freguesia. Constituem-se com o intuito de planear de forma integrada e participada e de garantir a implementação de iniciativas de desenvolvimento social local, com vista a uma maior eficácia das respostas sociais.

No âmbito do Projeto Carta da Cidadania Infantojuvenil, que decorreu de agosto de 2014 a março de 2016, e que resultou de uma parceria estabelecida entre a Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais (entidade promotora), a Câmara Municipal de Guimarães e a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, foi elaborado um diagnóstico social aprofundado do estado de aplicação dos direitos das crianças e dos jovens no Município de Guimarães. Este projeto foi financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian e contou, na sua componente avaliativa, com a Universidade do Minho, através do Centro de Investigação em Estudos da Criança e do Departamento de Ciências Sociais da Educação.

Face ao seu carácter atual, interpretativo, multidisciplinar e prospetivo entendeu-se que este diagnóstico constituiria o instrumento de suporte para a construção do PAL, uma vez que teve por base uma metodologia participativa e contempla as dimensões quantitativa e qualitativa.

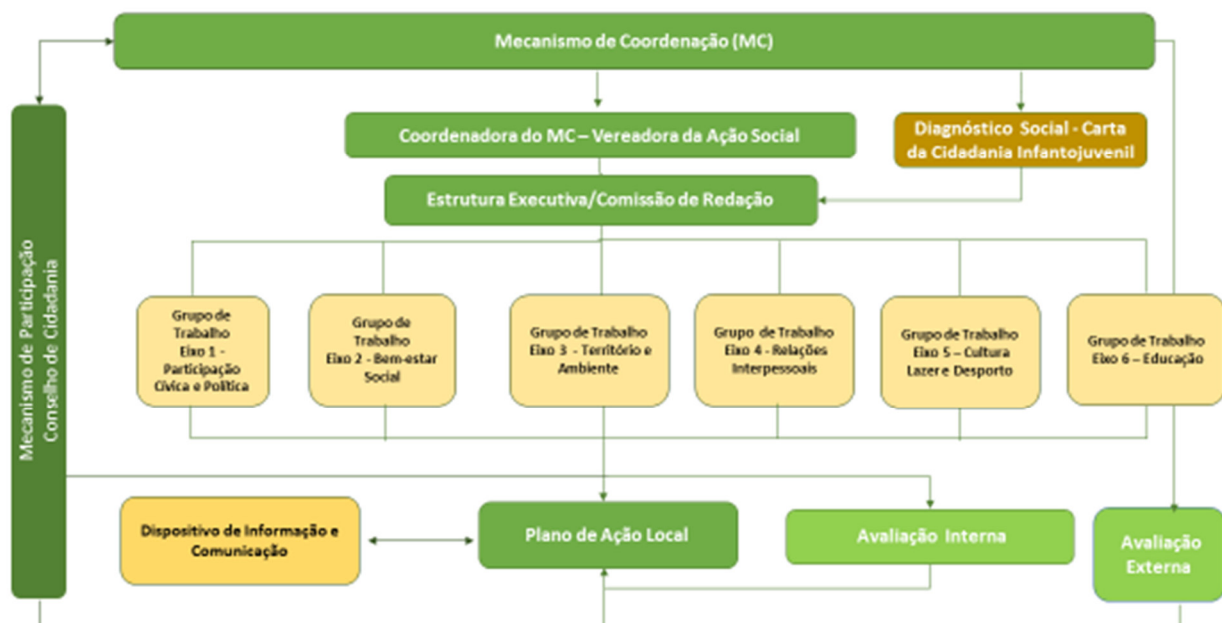
No que respeita à dimensão quantitativa, recolheram-se um conjunto de informações e indicadores estatísticos que se relacionam com as diferentes dimensões da vida das crianças e jovens e das suas famílias. Estes dados estatísticos provêm, em grande medida, dos dados disponíveis nos *sítes* e

publicações do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do PORDATA. Procurou-se, sempre que possível, traçar a evolução dos diversos indicadores entre os dois últimos Censos realizados (2001 e 2011) e, também, o seu comportamento nos dois anos subsequentes (2012 e 2013). Foram igualmente consultados dados estatísticos fornecidos por diferentes Serviços da Câmara Municipal de Guimarães, dos Agrupamentos de Escolas da Rede de Ensino Local, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Guimarães, do ACES Alto Ave, do Serviço Local de Segurança Social de Guimarães, do Centro de Respostas Integradas de Braga e de alguns Equipamentos Culturais do Concelho.

Por sua vez, ao nível da dimensão qualitativa, os dados foram obtidos através dos seguintes métodos e técnicas: constituição de grupos focais em cada uma das 11 Comissões Sociais Interfreguesias (CSIF's) do concelho de Guimarães; realização de entrevistas a informantes-chave (onze no total); e realização de nove fóruns temáticos de debate com a participação de especialistas convidados e do Conselho de cidadania infantojuvenil (três reuniões no total).

Este documento de diagnóstico é apresentado em anexo (ANEXO1) e vem alimentar a elaboração deste Plano de Ação Local.

Foi então constituído um **Mecanismo de Coordenação (MC)**, representado no fluxograma seguinte, que é liderado pela Vereadora da Ação Social, com base na respetiva declaração de delegação de competências pelo Presidente de Câmara de Guimarães (ANEXO2), e que acompanha todo o processo de elaboração do PAL, a sua execução e monitorização.



**Figura 1 – Fluxograma do Mecanismo de Coordenação do Plano de Ação Local**



Este Mecanismo de Coordenação é constituído por uma equipa multisectorial, com um representante dos serviços municipais da Educação, da Ação Social, do Desporto, da Cultura, do Turismo, do Trânsito e Espaços Públicos, do Urbanismo e do Ambiente, contando também com a representação de outras organizações públicas e da Sociedade Civil que têm responsabilidades e um papel interventivo na área da infância.

Esta equipa agendou as suas primeiras reuniões de trabalho para os dias 1 de fevereiro de 2017 e 20 de fevereiro de 2017, momentos em que delineou as metodologias de participação e de recolha de contributos de cada parceiro, bem como validou a pertinência de se considerar o diagnóstico social elaborado no âmbito do projeto carta da Cidadania Infantojuvenil como uma base de trabalho para todo o processo.

Decorrido um período temporal em que se procedeu à recolha dos contributos de todos os serviços, departamentos e entidades envolvidos, considerando programas, projetos e atividades em curso e ainda outras iniciativas orientadas para a concretização dos direitos da criança, no dia 10 de abril de 2017 foi realizada uma nova reunião do Mecanismo de Coordenação, com os objetivos de identificar Grupos de Trabalho para reflexão em torno da dimensão estratégica e operacional deste Plano, e também para definir responsáveis pela monitorização dos indicadores que deles derivaram (Consultar Atas das Reuniões no ANEXOIII).

O Plano de Ação resultante deste trabalho coletivo, altamente participado, assenta, como já referido, num diagnóstico muito amplo e profundo das condições sociais de vida das crianças no município de Guimarães, baseado na informação oficial existente e ainda nas perceções das crianças e dos principais responsáveis sectoriais sobre políticas para a infância atuantes no município, e exprime-se em seis eixos estratégicos, correspondentes a um conjunto de objetivos estratégicos.

Estes eixos estratégicos são:

Participação Cívica e Política;

Bem-estar Social;

Território e Ambiente;

Relações Interpessoais;

Cultura, Lazer e Desporto;

Educação.



Os eixos resultam da Carta da Cidadania Infantojuvenil e, no seu conjunto, configuram uma matriz de governança para a área da infância em Guimarães. Nesse sentido, não contempla apenas as políticas públicas da responsabilidade direta da Câmara Municipal de Guimarães, mas abrange a totalidade das políticas de infância que se promovem no âmbito territorial do município vimaranense. Por outro lado, essas políticas não são consideradas de modo fragmentário e desarticulado, mas são perspectivadas enquanto políticas integradas, isto é, incidindo na totalidade das crianças, consideradas como seres sociais plenos, cidadãos e sujeitos de direitos, e promovidas transversalmente. Procura-se, deste modo, superar a focalização sectorial e particularista corrente nas políticas de infância, através da qual as crianças são vistas prismaticamente em função do contexto social de intervenção – a criança-aluno; a criança-paciente de cuidados de saúde; a criança-beneficiária da segurança social; a criança-espetadora dos espetáculos culturais, etc. – e não na sua totalidade de ser social. As políticas integradas contemplam e possibilitam, de modo diferenciado, a realização dos direitos da criança como uma totalidade significativa, sendo que todos eles estão multiplamente implicados (por exemplo, o direito pleno à educação implica o direito a uma alimentação saudável).

Esta visão integrada das políticas para a infância só é possível considerando a estrutura estabelecida para a construção do Plano de Ação e para a sua coordenação: Guimarães – a Cidade Amiga das Crianças é um projeto coletivo e uma responsabilidade de toda a sociedade vimaranense. É isso que permite a integração e articulação das medidas e ações e a garantia da permanência de uma perspetiva holística sobre o lugar da criança na sociedade e as responsabilidades desta face aos seus cidadãos mais novos.

Por outro lado, as políticas integradas de infância colocam os diferentes setores de intervenção perante a responsabilidade da articulação interdepartamental e interinstitucional, reconfigurando a perspetiva de intervenção e obrigando à fundamentação interdisciplinar da ação realizada. A dinâmica de elaboração do plano de ação permitiu vislumbrar possibilidades de trabalho em comum e levou ao reconhecimento de ações e iniciativas que não eram de informação de todos os intervenientes. A consolidação do mecanismo de coordenação nos termos previstos constitui-se, por isso, como decisivo neste domínio.

Finalmente, a própria definição da natureza dos eixos estratégicos assenta numa visão global dos direitos da criança e numa perspetiva de construção de uma política integrada de infância.

A priorização dada à Participação Cívica e Política das crianças corresponde a uma das marcas distintivas da Cidade Amiga das Crianças (por exemplo, por relação com o movimento das Cidades Educadoras), corporiza de forma muito clara os direitos participativos das crianças, nomeadamente o artigo 12º da Convenção sobre os Direitos da Criança e exprime, como foi dito, uma dinâmica já em curso no concelho de Guimarães.



O eixo de Bem-estar Social exprime enfaticamente a orientação das políticas sociais para a infância, através da sua coordenação e monitorização e da adoção de ações prioritárias que corporizem os direitos de provisão das crianças e garantam a ação coletiva contra as formas de discriminação de classe, género, etnia, “disability”, orientação sexual, ou crença religiosa.

O eixo de Território e Ambiente exprime o sentido de uma organização do espaço territorial, dos equipamentos, da sinalização, do mobiliário urbano, dos eixos viários, da mobilidade e da segurança urbana que considere o interesse das crianças e que, para tanto, conte com a opinião das crianças na sua formulação. Do mesmo modo, o direito à natureza e ao seu usufruto não apenas é garantida pelo acesso a parques urbanos e aos recursos naturais como também a práticas de educação ambiental e ações promotoras de estilo de vida equilibrados, sustentáveis e saudáveis. Este eixo corporiza o sentido do “direito à cidade e à natureza” e é estruturante da dimensão “amigável” da cidade.

O eixo das Relações interpessoais é, porventura, pouco habitual na construção das políticas públicas e dos seus instrumentos de planeamento, mas é determinante, por vários motivos. O primeiro, porque, como a investigação científica tem vindo a documentar, a perceção dos direitos pelas crianças está muito marcada pela experiência e, especialmente, pelas vivências relacionais com os adultos de referência e com os seus pares. Em segundo lugar, porque a “cidadania íntima” se exprime precisamente em políticas públicas que favoreçam o reconhecimento das identidades e do bem-estar relacional, nomeadamente no quadro da proteção das crianças contra maltratos intrafamiliares. Finalmente, porque as dimensões relacionais exprimem o sentido da vida em comum e, nesse sentido, têm uma significativa relevância na cidade. As medidas deste eixo orientam-se no quadro dos direitos à família e à proteção.

O eixo da Cultura, Lazer e Desporto exprime os direitos da criança de acesso à cultura e ao lazer e permite a expansão das múltiplas ações e iniciativas do município nestes domínios, com reforço significativo das condições de acessibilidade e na articulação entre entidades.

Finalmente, o eixo da Educação articula as iniciativas da cidade Amiga das Crianças como o projeto educativo municipal e amplia as relações entre escolas no sentido de garantir não apenas o direito à educação e práticas educativas inclusivas, mas também dinâmicas de participação no interior das instituições educativas e ações de educação para cidadania, a paz e os direitos da criança.

Apresenta-se seguidamente a composição dos Grupos de Trabalho por Eixo Temático:

## **Participação Cívica e Política**

Assembleia Municipal  
Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais  
Casa da Juventude de Guimarães  
CLAIM – Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes



Comissão de Proteção de Crianças e Jovens  
Comissões Sociais Interfreguesias  
Corpo Nacional de Escutas - Junta de Núcleo de Guimarães  
Divisão da Educação  
Divisão de Ação Social  
Divisão de Sistemas de informação  
F21- Núcleo de Teatro do Oprimido de Guimarães  
Gabinete da Rede Social  
“Guimarães Acolhe” - Acordo de Cooperação para o Plano de Ação do Município de Guimarães para o Acolhimento de Pessoas com Necessidade de Proteção Internacional  
Professor Firmino Lopes  
Representante dos Agrupamentos de Escolas no Núcleo Executivo da Rede Social  
Segurança Social, Serviço Local de Guimarães  
Universidade do Minho

## **Bem-estar Social**

Ação Social Escolar - SASE  
ADCL - Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais  
Agrupamento de Centros de Saúde do Alto Ave  
CASFIG - Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações Sociais de Guimarães  
CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens  
Divisão de Ação Social  
Divisão de Educação  
Fraterna - Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social  
Gabinete da Rede Social  
Hospital Senhora da Oliveira de Guimarães  
Rede Local de Intervenção Social  
Representante das IPSS do concelho no Núcleo Executivo da Rede Social  
Representante dos Agrupamentos de Escolas no Núcleo Executivo da Rede Social  
Segurança Social, Serviço Local de Guimarães  
Universidade do Minho

14

---

## **Território e Ambiente**

Corpo Nacional de Escutas - Junta de Núcleo de Guimarães  
Departamento de Obras Municipais  
Departamento de Urbanismo e de Promoção do Desenvolvimento  
Divisão de Ação Social  
Divisão de Espaços Verdes  
Divisão de Serviços Urbanos  
Divisão de Trânsito e Espaço Público  
Gabinete da Rede Social  
Laboratório da Paisagem <sup>1</sup>  
Polícia Municipal  
Vimágua - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A.

---

<sup>1</sup> Espaço que tenta consagrar a promoção do conhecimento, a inovação, a investigação e a divulgação científica, contribuindo para uma ação integrada e participada das políticas ambientais e do Desenvolvimento Sustentável.



## Relações Interpessoais

ACES - Agrupamento de Centros de Saúde do Alto Ave  
ADCL - Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais  
Banco Local de Voluntariado  
Casa da Juventude de Guimarães  
CASFIG - Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações Sociais de Guimarães  
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens  
Corpo Nacional de Escutas - Junta de Núcleo de Guimarães  
Divisão da Educação  
Divisão de Ação Social  
FCAPGUI – Federação Concelhia das Associações de Pais de Guimarães  
Fórum Municipal das Pessoas com Deficiência  
Fraterna- Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social  
Gabinete da Rede Social  
GNR – Guarda Nacional Republicana  
Hospital Senhora da Oliveira de Guimarães  
PSP – Polícia da Segurança Pública  
Representante dos Agrupamentos de Escolas do Núcleo Executivo  
Segurança Social, Serviço Local de Guimarães  
Universidade do Minho

## Cultura, Lazer e Desporto

A Oficina - Centro de Artes Mesteres Tradicionais de Guimarães, Ciplr  
Arquivo Municipal Alfredo Pimenta  
Biblioteca Municipal Raúl Brandão  
Casa da Juventude  
Casa da Memória  
Centro da Ciência Viva  
Divisão de Ação Social  
Divisão da Educação  
Divisão de Cultura e Turismo  
Divisão do Centro Histórico  
Fórum Municipal das pessoas com Deficiência  
Gabinete da Rede Social  
Museu Alberto Sampaio, Paço dos Duques de Bragança e Castelo de Guimarães, DRCN  
Representante dos Agrupamentos de Escolas no Núcleo Executivo da Rede Social  
Tempo Livre - Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres de Guimarães

## Educação

ACIG - Associação Comercial e industrial de Guimarães  
CJG - Casa da Juventude de Guimarães  
CNE - Corpo Nacional de Escutas, Junta de Núcleo de Guimarães  
Divisão da Educação  
Divisão de Ação Social  
Fórum Municipal das Pessoas com Deficiência  
Gabinete da Rede Social  
PSP - Polícia de Segurança Pública  
Representante dos Agrupamentos de Escolas do Núcleo Executivo



Estes Grupos de Trabalho realizaram seis reuniões, uma por cada Eixo Temático, que decorreram nos dias 26, 27 e 28 de abril (Consultar Atas das Reuniões no ANEXOIII), que permitiram uma análise mais detalhada dos objetivos e medidas a propor e também um processo de reflexão e validação do modelo final de apresentação dos mesmos.

Foi também definida uma **Estrutura Executiva/Comissão de Redação**, que concretiza as diretrizes emanadas do Mecanismo de Coordenação, assegurando a articulação e comunicação com as restantes estruturas deste Mecanismo. À Estrutura Executiva/Comissão de Redação cabe, fundamentalmente, a preparação de documentos e de informação, competindo nomeadamente aos seus elementos a redação do presente Plano de Ação.

É composta por sete elementos, em baixo designados:

- Divisão de Ação Social da Câmara Municipal de Guimarães:

- Alexandra Cunha, Chefe da Divisão de Ação Social;
- Daniela Miranda, Colaboradora da Divisão de Ação Social, Coordenadora do Plano de Ação Local das Cidades Amigas das Crianças;
- Isabel Baptista, Coordenadora do Gabinete da Rede Social;
- Irene Malheiro, Colaboradora da Divisão de Ação Social;
- Ana Moreno, Colaboradora da Divisão de Ação Social.
- Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais:
  - Manuel Sarmento, Presidente da Associação;
  - Alexandrina Ribeiro, Técnica da Associação.

Está igualmente previsto um **Dispositivo de Informação e Comunicação**, uma vez que o Plano de Ação considera e integra ações de (in)formação, de disseminação, e de qualificação de técnicos e decisores, tal como acima descrito, e também a divulgação regular das políticas e medidas adotadas junto das crianças, das famílias e da sociedade em geral e dos resultados e impacto das mesmas.

Esta estrutura contempla ainda processos de **Avaliação Interna**, que é levada a cabo pelos próprios elementos do Mecanismo de Coordenação, e de **Avaliação Externa**, que ficará sob a alçada da Universidade do Minho, através do Centro de Investigação em Estudos da Criança e do Departamento de Ciências Sociais da Educação.



O **Mecanismo de Participação** é constituído pelo Conselho da Cidadania Infantojuvenil, que integra crianças e jovens das onze comissões sociais interfreguesias, e alimenta de forma ativa e contínua o Mecanismo de Coordenação.



### 3. DIAGNÓSTICO LOCAL

O diagnóstico social realizado permitiu a identificação de seis áreas com impacto na vida das crianças, nomeadamente, a população e território, a educação, o social, a cultura, a participação e a saúde.

Apresenta-se, de seguida, a síntese da análise dos principais indicadores relativos a cada uma das dimensões elencadas e um resumo das principais conclusões obtidas através da sua análise.

#### 3.1. População e Território

O Município de Guimarães sofreu profundas transformações no decurso das duas últimas décadas no que respeita aos seus principais dados demográficos. Sendo um município com uma população jovem (na região mais jovem do país), com 26% da população com idades entre 0-24 anos, viu ocorrer um rápido envelhecimento (índice envelhecimento -96,6%), de tal modo que todos os seus indicadores o colocam (ou a sub-região em que se encontra) abaixo da média nacional: no índice sintético de fertilidade (Ave -1,02%), na taxa de natalidade (7,2%), na taxa de fecundidade (28,2%). Em alguns desses indicadores (nomeadamente no que respeita ao índice sintético de fertilidade), o município de Guimarães encontra-se mais próximo das regiões deprimidas do interior em processo de despovoamento, do que das zonas industrializadas do litoral. A inversão de tendência demográfica é reconhecida pela Rede Social, pelos informante-chave e também pelas crianças e jovens. Enquanto as primeiras relacionam esta quebra demográfica com fenómenos sociais e económicos, especialmente a crise da indústria têxtil com consequente desemprego e emigração, as crianças consideram o fenómeno mais genericamente no interior das decisões de natureza familiar e nas exigências de educação e cuidado dos filhos. Estas atribuições causais são diferentes, mas não antagónicas: às explicações socioeconómicas, aqui como noutros aspetos do diagnóstico, as crianças contrapõem explicações comportamentais. A diferença de diagnóstico não é despicienda, se considerarmos as consequências no domínio da intervenção com crianças face aos problemas detetados (designadamente no que respeita à construção de fatores motivacionais e de mobilização para objetivos comuns).

Relativamente ao território, na ausência de outros indicadores porventura relevantes, importa sublinhar a importância que assumem as questões ambientais e de mobilidade urbana e periurbana nos depoimentos das crianças e jovens, questões estas que são também comuns à rede social.

#### 4. Educação

Os indicadores existentes acerca do exercício do direito à educação pelas crianças e jovens de Guimarães convergem no sublinhar da importância que esse direito tem na vida presente e nas perspetivas futuras das gerações mais novas, bem como nos progressos que se têm verificado nas últimas duas décadas neste domínio. Se a população vimaranense possui, considerando a sua comparatividade com a população nacional, baixos níveis de escolaridade (apenas um quarto da população possui o ensino secundário ou



superior), as taxas de frequência da população que atualmente está matriculada nas escolas são iguais ou superiores à média nacional, o que revela o progresso muito significativo que ocorreu, o trabalho das escolas e do município para ultrapassar a debilidade das qualificações dos pais das crianças que estão na escola, fator preditor do sucesso escolar, como nos mostram vários estudos.

Essas taxas de frequência começam por ser mais elevadas do que a média nacional na educação pré-escolar, onde mais de 9 em 10 crianças entre os 3 e os 5 anos de idade tem acesso a um jardim-de-infância.

A rede escolar cobre plenamente as necessidades do concelho e os estabelecimentos de ensino são em geral de boa qualidade, sendo vários deles modernos ou recentemente remodelados e estando bem equipados pedagogicamente.

As taxas de abandono escolar (1,25%) e de abandono escolar precoce desceram muito significativamente nas últimas três décadas, podendo isso ser associado a mudanças expressivas nas condições e oportunidades de vida das crianças e jovens, para quem parece que decisivamente o local de trabalho passou a ser a escola e não a fábrica ou os campos, como acontecia em tempos não muito remotos.

Em contrapartida, as taxas de retenção são ainda sinal de preocupação (2,8% - 1.º ciclo, 7,0% - 2.º ciclo, 15,7% - 3.º ciclo, 15,3% – secundário), apesar das taxas municipais serem melhores do que as taxas nacionais (com exceção do 3º ciclo do ensino básico) e de terem tendência para diminuir.

O acesso a computadores e à internet – indicador importante nas oportunidades de acesso à informação e à autoinformação – têm em Guimarães, especialmente junto dos estudantes do ensino secundário, melhores indicadores do que a nível nacional.

Perante estes dados, a preocupação fundamental dos intervenores sociais parece localizar-se na melhoria da articulação de serviços educativos e sociais, na promoção de uma visão integrada da educação, na qualificação dos professores e outros agentes educativos com vista à renovação da cultura pedagógica numa perspetiva de maior inclusão escolar, na educação junto de públicos especializados (especialmente crianças e jovens com necessidades especiais e imigrantes) e na melhoria da oferta educativa de 2ª oportunidade.

As crianças e jovens assinalam a importância da educação na sua vida, sendo especialmente enfáticos na relevância que atribuem às dimensões relacionais da educação. Esta visão “por dentro” do usufruto do direito à educação e das suas limitações permite analisar elementos que os dados estatísticos raramente propiciam, nomeadamente no que diz respeito às formas como os processos de aprendizagem são influenciados por relações entre professores e alunos, entre as famílias e as escolas e entre alunos. A administração adequada de conflitos e tensões nestas relações afigura-se como essencial na perspetiva de crianças e jovens. Especialmente crítica é a denúncia de formas de violência física de professores sobre



alunos, sob a forma de castigos corporais ou outras, que exigem uma intervenção preventiva e remediadora com urgência e sem concessões. A qualidade do tempo vivido na escola, ou a sua falta, é outra das dimensões muito reveladoras decorrentes dos depoimentos das crianças e jovens.

O diagnóstico desta área dos direitos da crianças e jovens aponta para a necessidade de intervenções que reforcem os progressos já existentes nos domínios infraestruturais, para ações eficazes de qualificação dos agentes educativos, para a integração e articulação das políticas educativas com as restantes políticas municipais, para a criação de instrumentos e a adoção de metodologias de administração das tensões no interior das múltiplas interações que se vivenciam na escola e para a melhoria da qualidade e das oportunidades do tempo e do quotidiano no interior dos estabelecimentos de ensino.

## **7. Social**

O município de Guimarães figura no conjunto dos 23 municípios que concentravam individualmente mais de 1% do poder de compra nacional. Esta situação não oculta, porém, uma significativa desigualdade social. Não existindo indicadores de medição dessa desigualdade, é, sobretudo do lado da pobreza que esses indicadores são mais expressivos.

Para a situação da pobreza concorre significativamente o desemprego, com uma taxa no município de Guimarães (14,3) superior à média nacional (13,2). O mesmo é verdade no que respeita ao desemprego juvenil, que afeta um em cada cinco jovens em idade ativa. Por razões demográficas, mas também económicas, Guimarães tem perdido população ativa (perda de cerca de 5000 trabalhadores em 10 anos).

Os valores do desemprego que colocam o país num dos três países da Europa com taxas mais elevadas constituem um risco de pobreza para as crianças e suas famílias e são fonte de elevada instabilidade emocional e psicológica. Ao mesmo tempo, a gestão política da crise levou a uma significativa descida dos apoios sociais, em especial do Rendimento Social de Inserção. Neste domínio, importa registar que o subgrupo etário que tem mais beneficiários é o dos 0 aos 24 anos (40%9 do total, sendo também de destacar o elevado número de famílias monoparentais, aproximando-se bastante do número de famílias nucleares, entre as famílias a quem é atribuído o subsídio.

As situações de pobreza e as desigualdades sociais em geral estão associadas ao crescimento de comportamentos disruptivos e à violência social (ainda que uns não sejam consequência direta de outros). Isso é visível no conjunto dos fatores que levaram à sinalização de crianças pela CPCJ.

Com efeito, a violência doméstica, a negligência e os comportamentos assumidos pelas crianças/jovens que podem comprometer o seu bem-estar são os principais fatores que os colocaram em risco. Este diagnóstico é partilhado pela Rede Social. Quer a CPCJ quer a Câmara Municipal de Guimarães dispõem



de recursos técnicos e metodológicos que permitem acompanhar as situações, promover a prevenção e responder face às situações mais dramáticas.

Aliás, a existência de uma rede social ativa e de uma rede de serviços e equipamentos contribui para a qualidade, adequação e celeridade das respostas que procuram responder às necessidades de apoio à infância e juventude. O diagnóstico social é reforçado, nas opiniões dos informantes-chave, por uma forte implicação na procura de soluções e, no caso das crianças e jovens, por uma perspetiva responsabilizadora, que comete, seja às famílias, seja ao Estado, especiais implicações seja na génese dos problemas sociais, seja na resposta, como vista a debelá-los.

## 8. Cultura

As áreas da cultura e do desporto encontram no município de Guimarães uma significativa variedade de equipamentos e de instalações e uma importante oferta de atividades e de possibilidades de fruição cultural, recreativa e de lazer às crianças e jovens. A partir da presente década, sobretudo, e no âmbito de um conjunto de importantes iniciativas, de que se destaca Guimarães 2012 – Capital Europeia da Cultura, a oferta cultural e desportiva autenticamente disparou, paradoxalmente em contraciclo com a crise económica que, no resto do país, fez retrair fortemente a criação de equipamentos e recursos e a abertura de programas e projetos associados à cultura e ao lazer, em geral.

Do mesmo modo, a participação regular de crianças e jovens em atividades culturais e desportivas estruturadas é muito significativa no concelho. Para além das várias instituições culturais, públicas e privadas, a participação infantojuvenil nas atividades artísticas e culturais e fortemente dinamizada por um conjunto de serviços educativos que têm uma programação sistemática e um forte sentido de atração nas agendas que organizam. As questões críticas nesta área onde se concretizam direitos culturais e de lazer tão estruturantes da vida das crianças, associam-se fundamentalmente com problemas de desigualdade de acesso e com problemas de qualidade e natureza da programação cultural e desportiva.

Estas duas dimensões críticas são evidenciadas no diagnóstico participado por todos os intervenientes.

Relativamente à questão do acesso à cultura, que corporiza dimensões de democracia cultural, a Rede Social enfatiza especialmente as questões da mobilidade intraconcelhia, dado que uma parte significativa da oferta cultural se concentra na sede do concelho, e da interculturalidade, considerando a diversidade dos públicos infantojuvenis que acedem à cultura. Esta questão é também referenciada por alguns dos informantes-chave. As crianças e jovens sinalizam as deficiências do acesso à cultura numa tripla dimensão: ausência de informação; ausência de mobilidade; custos da programação cultural. Algumas das propostas de intervenção face a este aspeto passam pela dinamização de ações de animação sociocultural e de criação de dinâmicas de educação não formal junto das crianças e jovens, especialmente nas freguesias mais afastadas do centro (proposta pela Rede Social, por alguns



informantes-chave, mas também por crianças e jovens), a dinamização de ações interfreguesias (proposta por crianças e jovens) e a criação de meios de mobilidade, especialmente em alguns eventos e ocasiões (proposta da Rede Social e de crianças e jovens).

Sobre a qualidade da oferta cultural, as posições dos intervenientes não são totalmente coincidentes. Para alguns (crianças e jovens) a programação cultural é elitista e não é suficientemente atrativa); para outros, (também crianças e jovens, mas também agentes culturais) ela não é suficientemente diversificada, atual e qualificada.

Neste domínio, a ação educativa é especialmente olhada com um olhar crítico, seja por crianças e jovens, seja por informantes-chave, pela ausência de uma ação educativa que seja ela também intrinsecamente cultural enraizada na produção artística e cultural disponível, diversificada e multipolarizada pela articulação dos estabelecimentos de ensino com as instituições e os agentes culturais e artísticos.

A questão do envolvimento e da participação dos atores é especialmente sensível e referenciada quer por crianças e jovens quer por informantes-chave. É nessa participação que se pode exprimir um sentido autêntico de intercâmbio e diálogo entre culturas, formas de expressão artística e comunicação cultural. Sendo esta temática transversal aos depoimentos prestados, é curioso verificar como a questão da participação é sublinhada pelos informantes-chave do lado da produção cultural e do lado das crianças e jovens também do lado da receção cultural. As condições de participação na receção cultural são vistas nas implicações que ela tem na ação educativa e na condição de aluno, mas também no interior da família e nas relações interfamiliares.

O desporto partilha com a cultura questões comuns nos domínios da acessibilidade, da participação e do papel da educação e das escolas. Mas a ligação mais funda entre desporto e cultura encontra-se afinal, nas palavras de um informante-chave, no conteúdo da “cultura desportiva” dominante e nos constrangimentos que ela provoca no acesso a um desporto para todos.

## **9. Participação**

Sendo os direitos participativos das crianças os mais recentes – na verdade só foram consagrados no final da década de 80, pela Convenção dos Direitos da Criança – não estão assumidos de modo consciente, alargado e consistente no conjunto da sociedade. No entanto, a ausência de participação é expressamente referenciada pelas crianças e jovens, que sublinham a pouca atenção que é dada às suas opiniões e posições, especialmente no interior da família e da escola. A questão da ausência de participação é, por eles, especialmente colocada no quadro das relações interpessoais entre crianças e adultos. Não são, em geral, referidos por crianças e jovens as condições institucionais em que essa participação pode ocorrer legislação favorável, regulamentos relativos à audição obrigatória da voz das crianças, dispositivos institucionais orientados para a recolha da opinião das crianças, orçamento



participativo jovem, assembleias deliberativas de crianças e jovens, etc.). No entanto, são ressalvados exemplos positivos e é formulada a opinião favorável à institucionalização de um órgão de consulta como o conselho da cidadania infantojuvenil.

Do lado dos informantes-chave é realçada especialmente a capacidade das organizações sociais promoverem processos de auscultação e consulta de jovens através de mecanismos informais, nomeadamente associados aos tempos livres e à cultura. Isso parece encontrar eco também no associativismo juvenil, que se exprime no município de Guimarães através de um significativo número de organizações associativas.

A ampliação das potencialidades existentes só se tornará possível no quadro de uma cultura efetiva de participação infantojuvenil.

## **10. Saúde**

Guimarães possui uma rede diversificada e completa de equipamentos e serviços de saúde e a prestação de cuidados de saúde tem vindo a evoluir favoravelmente, de acordo com os indicadores existentes e com os depoimentos de decisores e técnicos qualificados. Ao mesmo tempo, são múltiplos os projetos promovidos pelas autoridades municipais na área da saúde dirigidos a crianças e jovens. O primeiro e principal indicador no que diz respeito ao direito das crianças à saúde é de que as condições estruturais estão garantidas para a sua satisfação. As informações disponíveis sobre consultas revelam um crescimento significativo nas áreas do planeamento familiar e da saúde materna e uma diminuição das consultas de pediatria. Se estas últimas são explicáveis pela regressão demográfica, as primeiras são de sentido oposto; só podem revelar, por consequência, um aumento expressivo das preocupações da população com a proteção de uma sexualidade e maternidade saudáveis e uma melhoria da eficiência dos serviços. Em contrapartida, aumentou significativamente o número de consultas de urgência, o que poderá estar associado ao facto de terem sido encerrados vários serviços deste tipo em concelhos vizinhos, sendo as unidades de saúde de Guimarães referência para a sub-região.

As causas principais de internamento são as doenças respiratórias e, no caso de traumatismos, os provocados por acidentes rodoviários, o que é comum na geração infantojuvenil.

Mais preocupantes são os indicadores relativos a consumos: dos adolescentes com menos de 16 anos, 19% tem experiência de consumo de drogas e 74% de consumo de álcool; esses números sobem para menores de 18 anos para 31% e 87%, respetivamente.

Os atores sociais identificam ainda outros fatores de perturbação da saúde que, mesmo que se não reflitam significativamente no nº de consultas, não deixa de os preocupar: perturbações de saúde mental; obesidade; anorexia; tabagismo.



Aspeto comum à preocupação de decisores e técnicos qualificados na área da saúde e a crianças e jovens é a questão da educação sexual. O encerramento do Espaço de Saúde de Jovens é considerado pela rede Social e pelos informantes-chave como um fator negativo a este propósito. A educação sexual feita nas escolas é considerada insuficiente, pouco motivadora ou mesmo inapropriada. São especialmente críticos os jovens, nos seus depoimentos a este propósito.

Também as crianças e jovens, na sua condição de utentes dos serviços de saúde, exprimem críticas às demoras e condições de atendimento e às diferenças sociais que se revelam na facilidade de acesso de alguns serviços privados.

Mas é sobretudo a escola que é identificada como lugar crítico das questões de saúde, pela dificuldade de articulação que é identificada com as autoridades de saúde. Nos depoimentos dos jovens aparecem mesmo referências às escolas como instituições que descuidam da saúde dos alunos, nomeadamente pela existência de máquinas de vending de bebidas e produtos alimentares potencialmente nocivos. A necessidade de integrar as políticas de educação e de saúde e de conjugar a intervenção das escolas como os centros de saúde e demais estruturas da área emerge, desta forma, como a primeira prioridade na consolidação do direito à saúde de crianças e jovens.

#### **11. Políticas, programas e projetos para crianças existentes na área geográfica do município**

As políticas municipais adotadas refletem o enfoque colocado nas medidas de apoio e proteção das crianças e o reconhecimento da importância do envolvimento do município na área da infância e juventude, sendo transversais às opções do plano e orçamento do município, nos últimos anos, e o motivo pelo qual se concretiza esta candidatura ao Programa “Cidade Amiga das Crianças”.

Na implementação destas políticas o município assume os seguintes compromissos:

- a **sustentabilidade ambiental**, política abrangente nos domínios do desenvolvimento económico, da qualificação académica e profissional da população, da coesão territorial e social, da prática da atividade física e do desporto, no investimento na requalificação patrimonial, e na produção e promoção culturais da proteção dos solos, dos recursos hídricos, e da proteção da natureza;
- a afirmação de Guimarães como **Cidade da Europa e do Mundo**, como centro de atração turística, de produção científica e aplicação do conhecimento, território da cultura e património, no desenvolvimento de uma crescente internacionalização;
- a **correção das assimetrias sociais e territoriais** no desenvolvimento das diferentes comunidades do município prosseguindo políticas urbanísticas, sociais e culturais capazes de aproximarem territórios e pessoas, favorecendo a coesão.





É evidente o grande investimento financeiro nas funções sociais do município (Educação, Ação Social, Cultura e Desporto) por este ser o setor que contempla as principais prioridades do desenvolvimento concelhio. Exemplos disso são os investimentos na educação, nomeadamente, nas refeições servidas nos refeitórios escolares, nos transportes escolares e nas atividades de apoio à família, a requalificação do pré-escolar e do ensino básico, entre outros.

A requalificação de espaços para o crescimento da atividade física e prática do desporto, e para o desenvolvimento do associativismo nas pequenas comunidades, o investimento na ocupação dos tempos livres das crianças e jovens, na produção cultural, no desenvolvimento das artes visuais e performativas, têm norteado grande parte dos projetos, programas e investimentos na criação de novos equipamentos e espaços e na requalificação dos já existentes.

É possível identificar evidências dos investimentos na área da infância, em grande parte dos programas e projetos desenvolvidos pelo município, nomeadamente, na educação, desporto, cultura, ambiente, defesa do património, mobilidade, entre outros, conforme é visível em alguns dos projetos sinalizados na tabela seguinte. De salientar que alguns dos projetos são desenvolvidos em articulação/cooperação entre serviços, dada a transversalidade das temáticas e objetivos a atingir, como são exemplos, o Projeto PEGADAS e o projeto Educabicla que congrega a Educação e o Ambiente.

Eixos	Políticas, programas e projetos por entidade responsável	Objetivos
<b>Participação Cívica e Política</b>	Eco Parlamento de Guimarães/Laboratório da Paisagem  Parlamento Jovem Europeu/ Escolas Secundárias e Profissionais do Concelho  Orçamento Participativo Escolas	Desenvolver a ética e a cidadania ambiental, a consciência cívica e o debate de ideias; criar oportunidade e espaços de discussão pública e participação  Debate sobre as estratégias de desenvolvimento e aprofundamento das relações multilaterais europeias  Promover a cidadania participativa dos alunos através da elaboração de propostas que contribuam para a melhoria do Ambiente e Sustentabilidade e do Voluntariado e Solidariedade
<b>Território e Ambiente</b>	Rede ciclável urbana e ligação da cidade às vilas; Criação de condições de estacionamento nos parques de estacionamento; Criação de condições para transporte de bicicletas no transporte público; Projeto PEDDY BUS - Para a escola... a pé. (PEDU, ARU,	Generalização do uso da bicicleta em meio urbano; normalização da bicicleta como meio de transporte; favorecimento de percursos pendulares em bicicleta, nomeadamente entre interfaces de transporte e equipamentos escolares;



	<p>estudos de centralidades e projetos) / Município de Guimarães</p> <p>Criação e Manutenção de Rede de Parques Verdes/Município de Guimarães/Divisão ambiente</p> <p>Projeto PEGADAS/Laboratório da Paisagem</p> <p>Placemaking Guimarães/Laboratório da Paisagem</p> <p>EcoPontas e PapaChicletes/Laboratório da Paisagem</p> <p>Atividades+Jovens/Laboratório da Paisagem</p> <p>Eco Férias/Laboratório da Paisagem Postais ilustrados de Guimarães/Laboratório da Paisagem</p> <p>Biodiversity GO!; Rotas de Biodiversidade; Biobiltz/Labortório da Paisagem</p> <p>Oficinas da Água/Vimágua</p>	<p>Associação a equipamentos escolares - tentando focalizar no público jovem - realidades inovadoras ao nível da circulação ciclável e uso de materiais "ambientalmente mais amigos"; favorecimento da pedonalização, nomeadamente ao nível do público mais jovem numa perspetiva longa de apropriação da cidade. Fomentar o lazer, o desporto, o recreio e a fruição para todos</p> <p>Desenvolver a ética e a cidadania ambiental, a consciência cívica e o debate de ideias; criar oportunidade e espaços de discussão pública e participação.</p> <p>Trabalhar junto de toda a comunidade educativa as questões da sustentabilidade ambiental</p> <p>Envolvimento e sensibilização para a adoção de boas práticas ambientais, promovendo a redução da acumulação de resíduos de pontas de cigarros e pastilhas elásticas</p> <p>Atividades pedagógicas no âmbito da educação ambiental onde se trabalha a preservação da natureza e dos seus recursos</p> <p>Atividades de educação ambiental e onde as crianças contactam com projetos de investigação desenvolvidos</p> <p>As crianças experimentam a paisagem e visões do desenvolvimento urbano Promover a preservação e a biodiversidade através da criação de rotas de biodiversidade a serem utilizadas pelas escolas</p> <p>Dar a conhecer às crianças o ciclo urbano da água</p> <p>Sensibilizar as crianças para as questões ambientais através da peça de teatro dentro de um autocarro</p>
--	--	--



	Projeto Teatro Bus/Município de Guimarães/Divisão de Educação	
<b>Cultura, Lazer e Desporto</b>	<p>"Programa Mais Dois"/ CCVF</p> <p>Projeto (Re)Conhecer Guimarães/ Município de Guimarães/Divisão de Educação</p> <p>Serviços Educativos / Biblioteca Municipal Raul Brandão/Arquivo Municipal Alfredo Pimenta/Oficina</p> <p>Sábado Mágico/Biblioteca Municipal Raul Brandão</p> <p>Visitas orientadas/ Casa da Memória e CDMG+ CIAJG/CCVF</p> <p>Cidade de Pernas para o Ar/ Tabula Rosa/CCVF</p> <p>Acessibilidade aos espetáculos/CCVF</p> <p>Atividades Educativas no Museu/Museu Alberto Sampaio/Paço dos Duques de Bragança</p> <p>Pergunta ao Tempo/ Mãos Enamoradas - Casa da Memória/ Museu Alberto Sampaio</p> <p>Férias Desportivas/Tempo Livre</p>	<p>Garantir que todas as crianças e jovens assistam a um espetáculo e visitem um museu pelo menos uma vez por ano (um dos princípios do Programa Mais Dois, em desenvolvimento pelo 3º ano consecutivo)</p> <p>Projeto de visitas estruturadas por ano de escolaridade que visa promover o acesso equitativo de todos os alunos a estruturas materiais e imateriais da história concelhia</p> <p>Abrir portas para a descoberta, a crítica e a experimentação através do desenvolvimento de oficinas temáticas</p> <p>Promove o intercâmbio cultural entre as crianças e os adultos</p> <p>Promover a aproximação das crianças a espaços emblemáticos da cidade</p> <p>As crianças concebem, desenham, constroem e reconstróem sobre o território de Guimarães, recorrendo à memória e à imaginação</p> <p>Descontos para crianças e jovens em idade escolar</p> <p>Promoção de descontos nos ingressos aos espetáculos Atividades variadas dirigidas às crianças no âmbito do conhecimento do património cultural e histórico, como: História com Marionetes; Lendas e Outras Histórias de Guimarães; Encontro com Dona Mumadona Dias</p> <p>Sensibilizar as crianças para o património cultural na sua materialidade e imaterialidade</p> <p>Ocupação do tempo livre das crianças em regime de participação ativa e saudável; Estímulo à prática de atividade física regular</p>



	<p>Manutenção e criação de equipamentos de apoio à prática desportiva/ Município de Guimarães</p> <p>Plataforma + Cidadania/Município de Guimarães/Divisão de Educação</p>	<p>Enriquecimento da cultura desportiva dos participantes, com integração de atividades artísticas, de lazer e de formação cívica.</p> <p>Pavilhões, piscinas, espaços desportivos</p> <p>As crianças do 1º ciclo trabalham as questões do ambiente, sustentabilidade, alimentação saudável e património</p>
<b>Relações Interpessoais</b>	<p>Programas de Competências Parentais: Fraterna, Projeto Escolhas, Divisão de Ação Social (Conversas.Edu), Divisão de Educação, CIM do Ave, ADCL e CASFIG</p> <p>Sensibilização das crianças e dos jovens para o voluntariado/ Banco Local de Voluntariado/ Município de Guimarães</p> <p>Ações de Convívio Intergeracional/Município de Guimarães</p> <p>Oficinas de Competências Pessoais e Sociais/ CPCJ de Guimarães/CASFIG/Instituto da Droga e das Toxicodependências</p> <p>Campanha Laço Azul/ CPCJ Guimarães</p>	<p>Desenvolvimento e reforço das competências parentais de pais e educadores</p> <p>Ações de Sensibilização nas escolas</p> <p>Atividades de animação que integram as crianças e os mais velhos</p> <p>Promover a integração social e inibir o risco social</p> <p>Prevenir a Violência doméstica. As crianças participam na conceção, planeamento, execução e avaliação</p>
<b>Educação</b>	<p>Orçamento Participativo Escolas</p> <p>Projeto Educabici/Município de Guimarães</p> <p>Desporto Escolar</p> <p>Escola Ciência Viva/Ciência Viva</p>	<p>Promover a cidadania participativa dos alunos pela elaboração de propostas que contribuam para a melhoria dos contextos e dois eixos temáticos: Ambiente e Sustentabilidade e Voluntariado e Solidariedade</p> <p>Promover a utilização de modos suaves de mobilidade - ensinar as crianças a andar de bicicleta promovendo igualmente as regras de segurança</p> <p>Promoção da atividade desportiva nas escolas</p> <p>Atividades para a promoção da ciência junto das crianças, como: Encontro com o Cientista; a</p>



	<p>Ciência Viva no Laboratório/Ciência Viva</p> <p>Bioteck Kids/ Ciência Viva</p> <p>“Eu faço como diz o Falco” / Polícia de Segurança Publica e GNR/ Escola Segura</p> <p>Dia do 112/ Polícia de Segurança Publica</p> <p>“Projeto Musical CoolBand” e “Projeto Literatura Inclusiva” / Fraterna, Programa Escolhas</p> <p>Programas de empreendedorismo da Júnior Achievement Portugal/Fraterna, Programa Escolhas</p> <p>Ações de Sensibilização para a prevenção da violência doméstica; Violência no namoro; Bullying e Cyberbullying/Espaço Municipal para a Igualdade/Polícia de Segurança Publica/GNR</p>	<p>Cozinha é um Laboratório; Atividades de Laboratório; Áreas expositivas e atividades de sala de aula</p> <p>Ocupação científica de jovens nas férias</p> <p>Ensino das ciências nos 3º e 4º anos de escolaridade nas áreas do ambiente e da saúde</p> <p>Programa de prevenção na área da segurança dirigido às crianças</p> <p>Sensibilizar para o uso correto da linha de emergência 112</p> <p>Reduzir o absentismo escolar e promover o sucesso escolar</p> <p>Promover o empreendedorismo junto das crianças e dos jovens</p> <p>Ações de prevenção desenvolvidas em contexto escolar</p>
<b>Bem-Estar Social</b>	<p>Programas de Prevenção em Saúde/ACES do Alto Ave/Equipas de Saúde Escolar</p> <p>Oficina de Alimentação Saudável/CCVF</p> <p>Clica em Segurança/Polícia de Segurança Publica</p> <p>Projetos “Amiga Sebenta” e Encontros de Diversidade Cultural”/CASFIG; Fraterna - programa Escolhas</p> <p>Desenvolvimento de Atividades Lúdico-Pedagógicas nos Bairros Sociais</p> <p>Garrafa reutilizável/Vimágua</p>	<p>Desenvolvimento de Programas de Alimentação saudável; Educação sexual; Prevenção do Consumo de Tabaco e em Saúde Oral</p> <p>As crianças e os pais aprendem a confeccionar refeições saudáveis com a finalidade de prevenir a obesidade infantil</p> <p>As crianças aprendem a utilizar a Internet de forma segura</p> <p>Promover o sucesso escolar e o convívio intercultural junto das crianças dos bairros sociais</p> <p>Desenvolver atividades com as crianças residentes nos bairros sociais que promovam o sucesso escolar e o desenvolvimento pessoal e social</p>



	<p>Programa de Atividades de Animação Socio Cultural</p> <p>Apoio a férias desportivas para crianças</p>	<p>Fomentar o consumo de água da rede pública por parte das crianças</p> <p>Conjunto de atividades dirigidas às crianças das IPSS: “Reisadas”; “Meninos Hoje Há Espetáculo!”; “Dia Mundial da Criança”; “Carnaval Infantil”</p> <p>Garantir a participação em programas de férias desportivas das crianças em situação de vulnerabilidade socioeconómica</p>
--	--	--

**Figura 1: Políticas, programas e projetos para crianças existentes em Guimarães**



## 12. DIMENSÃO ESTRATÉGICA E OPERACIONAL

Considerando o anteriormente exposto, e depois de definidas as seis áreas temáticas que sustentam este Plano de Ação, importa agora elencar os objetivos estratégicos e operacionais que delas derivam.

Realce-se que, para todas as medidas propostas está devidamente contemplado o princípio da não discriminação, na medida em que, e de forma transversal, procurámos salvaguardar todas as questões que se prendem com a igualdade de género, com a promoção dos direitos das crianças com deficiência e/ou problemáticas de saúde mental, com situações de vulnerabilidade social e económica, independentemente da sua raça, cultura, e credo religioso.

Por outro lado, e assumido um compromisso político para a execução das medidas aqui propostas, passará a estar contemplada no Plano e Orçamento desta Câmara Municipal a verba necessária para o efeito.

Seguem-se, então, o conjunto de objetivos a que nos propomos em cada um dos Eixos:

### **PARTICIPAÇÃO CIVICA E POLÍTICA**

Criar o Conselho da Cidadania Infantojuvenil;  
Implementar um observatório da realidade infantojuvenil;  
Criação de uma plataforma digital alocada ao *site* da Câmara Municipal de Guimarães, por forma a disponibilizar um sistema de auscultação de opiniões, sugestões e reclamações orientado para as crianças;  
Institucionalizar o cargo de “Provedor Municipal da criança”;  
Criar um programa e um regulamento municipal de apoio ao movimento associativo infantojuvenil;  
Desenvolver atividades lúdico-pedagógicas contra a discriminação, o racismo e a xenofobia;  
Desenvolver ações de sensibilização e de formação para as crianças;  
Aumentar o envolvimento das crianças na participação e discussão dos projetos do Orçamento Participativo nas escolas.

### **BEM-ESTAR SOCIAL**

Articular e operacionalizar os diferentes projetos e programas de educação para a saúde infantil, tendo em vista melhorar o nível de literacia em saúde das crianças e famílias para adoção de estilos de vida saudáveis;  
Criar e implementar um plano formativo, que permita capacitar as crianças com competências em primeiros socorros, proteção digital, e autodefesa pessoal;  
Realizar um diagnóstico das problemáticas de saúde mental nas crianças e adotar medidas de intervenção interinstitucional;  
Promover projetos culturais, desportivos, de apoio ao sucesso educativo, e desenvolvimento pessoal e social, que permitam melhorar as condições de integração, segurança e convivialidade nos bairros sociais;  
Promover a qualificação das casas de acolhimento residencial nos cuidados prestados às crianças, bem como a qualidade do trabalho realizado com as suas famílias, através da construção e adaptação de instrumentos de avaliação e de programas de formação;  
Integrar as medidas de intervenção de proteção social em crianças em situação de privação, através da criação no quadro da Rede Social de uma equipa Interinstitucional.



## TERRITÓRIO E AMBIENTE

Promover a mobilidade das crianças ao espaço público e aos serviços, em particular, das crianças com mobilidade condicionada, através da criação de ciclovias, do incentivo ao uso da rede de transportes públicos e do aumento das “zonas 30”;

Promover o acesso das crianças aos espaços verdes, através do aumento das áreas pedonais, dos trilhos e percursos pedestres, e da criação e requalificação de rotas de biodiversidade;

Implementar atividades de educação para a sustentabilidade ambiental;

Auscultar o conselho de cidadania infantojuvenil para efeitos da elaboração dos planos urbanísticos;

Desenvolver um programa de informação e de interpretação orientado para as crianças, que permita promover a fruição e apreensão do território e do património natural edificado;

Melhorar a acessibilidade das crianças aos espaços públicos, equipamentos, espaços verdes e de lazer, e ao mobiliário urbano, eliminando as barreiras arquitetónicas.

## RELAÇÕES INTERPESSOAIS

Criar um Gabinete Municipal da família;

Dinamizar Programas de Educação Parental;

Promover ações de sensibilização sobre os direitos das crianças;

Desenvolver ações de sensibilização das crianças para o voluntariado.

## CULTURA, LAZER E DESPORTO

Desenvolver uma ferramenta acessível de divulgação da informação cultural, desportiva e de lazer;

Fomentar protocolos entre escolas e associações artísticas;

Desenvolver programas que apoiem a promoção de projetos educativos na área patrimonial, cultural e desportiva;

Promover atividades de intercâmbio cultural;

Facilitar a mobilidade cultural e educacional das crianças no plano regional, nacional e internacional, através da divulgação dos programas já existentes e da promoção de ações de formação;

Criar acessibilidades nos espaços desportivos para crianças com mobilidade condicionada.

## EDUCAÇÃO

Garantir a equidade de acesso das crianças aos diferentes recursos da comunidade educativa, através da criação de um Banco Municipal de empréstimo de material educativo, informático e de suporte à atividade escolar;

Criar uma Carta de Princípios que salvaguarde a participação das crianças na construção dos projetos educativos;

Incentivar o desenvolvimento de projetos de inovação educacional através da articulação interescolar e de aproximação ao movimento associativo e tecido empresarial, através da implementação de programas de boas práticas;

Estabelecer um plano de ação de prevenção primária e secundária, que permita prevenir e combater o *bullying*, a segregação e a violência escolar;

Criar uma estrutura de coordenação municipal da oferta educativa/formativa existente no concelho;

Proporcionar às crianças aprendizagens associadas ao mundo do trabalho, fomentando a criação de ateliês, estúdios e escolas de verão.





## 1.1 **Objetivos Estratégicos**

São agora apresentados, de forma sistematizada, cada um dos objetivos estratégicos por nós identificados, tendo por base as mudanças que consideramos prioritárias para o concelho de Guimarães. Mantém-se a organização em torno de seis áreas temáticas, sendo explanado, para cada objetivo, o respetivo indicador, que nos permite medir o seu nível de concretização, e também as estratégias a adotar para alcançar aquilo a que nos propomos.

ÁREAS OU EIXOS TEMÁTICOS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADORES	ESTRATÉGIAS
<b>Participação Cívica e Política</b>	Assegurar os direitos de participação das crianças nos diferentes domínios, através da criação de estruturas de representação direta, de dispositivos de proximidade e de mecanismos de auscultação fácil e direta das crianças	Nº de estruturas de representação direta criadas Nº de dispositivos de proximidade criados Nº de mecanismos de auscultação criados	Criação de estruturas de representação direta e de dispositivos de proximidade que possam fazer fluir a voz das crianças. A geração de mecanismos de auscultação fácil e direta das crianças, bem como a criação do Provedor Municipal de Crianças e Jovens, inserem-se nas estratégias a adotar
<b>Bem-Estar Social</b>	Promover a igualdade de oportunidades através da mobilização e qualificação das instituições que integram a rede social do concelho	Nº de instituições da Rede Social qualificadas Nº de equipas multidisciplinares criadas	Constituição de equipas multidisciplinares e de serviços especializados para atender às carências diagnosticadas, otimizando e qualificando o trabalho em rede já desenvolvido
<b>Território e Ambiente</b>	Assegurar políticas urbanas, de ordenamento do território e de sustentabilidade orientadas para o bem-estar das populações mais jovens	Tipo de intervenções efetuadas	Promoção do bem-estar das populações mais jovens a partir do desenho de políticas urbanas e de ordenamento do território que visem melhorar a sua mobilidade
<b>Relações Interpessoais</b>	Criar espaços que favoreçam relações interpessoais de aceitação, de reconhecimento e de participação	Nº de espaços criados % de crianças em risco envolvidas nestes espaços Nº de famílias envolvidas nestes espaços	Com base no diagnóstico prévio e na desagregação de dados daí decorrente, organizar espaços adequados e ajustados às necessidades reais das crianças e jovens

ÁREAS OU EIXOS TEMÁTICOS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADORES	ESTRATÉGIAS
<b>Cultura, Lazer e Desporto</b>	Garantir o acesso e a inclusão de todas as crianças e jovens na ação cultural, de lazer, e desportiva existente no concelho	Nº de crianças que participam em cada um dos três tipos de atividades  Nº de crianças com mobilidade condicionada que participam em cada um dos três tipos de atividades	Criação de uma rede de mobilidade e adaptação dos espaços culturais, desportivos e de lazer, de acordo com os princípios do desenho inclusivo
<b>Educação</b>	Fomentar o acesso e a igualdade de oportunidades para o sucesso educativo  Perspetivar as escolas como organizações que devem integrar princípios de participação e de envolvimento ativo com o exterior	Dispositivos criados que favorecem a igualdade de oportunidades  % de crianças e jovens que participam nos projetos educativos  Nº de projetos de escolares desenvolvidos em parceria com outras estruturas	Potenciar as escolas como organizações sociais que praticam princípios de participação e de envolvimento com estruturas de proximidade, promovendo, ao mesmo tempo, a interação entre escolas e organizações sociais que realizam modalidades de educação não formal.

**Tabela 2: Objetivos Estratégicos**

## **4.2 Objetivos Operacionais**

Para cada objetivo estratégico foram definidos um ou mais objetivos operacionais, tendo em linha de conta que os segundos devem contribuir de forma clara, concreta e calendarizada para a execução dos primeiros.

Nas tabelas que se seguem podem consultar-se as medidas e políticas a implementar ou a dar continuidade, os indicadores, os recursos necessários para a sua execução, o público-alvo e os responsáveis pela implementação e avaliação de cada um dos objetivos operacionais.

## EIXO I – Participação Cívica e Política

OBJETIVO ESPECÍFICO/OPERACIONAL	MEDIDAS/POLÍTICAS	INDICADORES	RECURSOS NECESSÁRIOS	PÚBLICO- ALVO	RESPONSÁVEIS
A partir de 2019, pelos menos 4 políticas de âmbito local, lançadas pela Câmara Municipal e respetivos parceiros, são apreciadas pelo Conselho da Cidadania Infantojuvenil, e devolvidas as suas conclusões ao Município.	Conselho da Cidadania Infantojuvenil	- Conselho em funcionamento - Número de políticas validadas anualmente	Apoio técnico e logístico  Apoio financeiro	Crianças dos 6 aos 18 anos	Agrupamentos de Escolas Comissões Sociais Interfreguesias CPCJ Divisão de Ação Social Gabinete da Rede Social Segurança Social Universidade do Minho
A partir de janeiro de 2019, é efetuado um levantamento junto de uma amostra de crianças e jovens, dos seus desejos, ideias e aspirações.	Observatório concelhio da realidade infantojuvenil	- Documento de diagnóstico atualizado anualmente	Equipa de diagnóstico  Apoio financeiro	Crianças dos 0 aos 18 anos	ADCL CPCJ Divisão de Ação Social Gabinete da Rede Social Universidade do Minho
A partir de janeiro de 2020, as crianças têm a possibilidade de expressar e registar as suas opiniões e sugestões sobre o município.	Plataforma digital alocada no site da Câmara Municipal de Guimarães	- Plataforma em funcionamento - Número e tipo de opiniões e sugestões registadas na plataforma	Equipa de gestão da plataforma  Apoio financeiro	Crianças dos 6 aos 18 anos	Divisão da Ação Social Divisão da Educação Divisão de Sistemas de Informação Gabinete da Rede Social Universidade do Minho
A partir de janeiro de 2020, estão criadas condições para garantir a defesa ativa dos direitos das crianças.	Provedor Municipal da Criança	- Nomeação do Provedor em Assembleia Municipal	Recursos logísticos e técnicos  Apoio financeiro	Crianças dos 0 aos 18 anos	ADCL Assembleia Municipal Divisão da Ação Social Gabinete da Rede Social
A partir de janeiro de 2019, estão criados instrumentos que incentivam a participação das crianças em movimentos associativos infantojuvenis.	Programa e regulamento municipal de apoio ao movimento associativo infantojuvenil	- Regulamento elaborado e adotado	Equipa Técnica  Apoio financeiro	Crianças dos 6 aos 18 anos e famílias	Agrupamentos de Escolas Casa da Juventude de Guimarães Comissões Sociais Interfreguesias Corpo Nacional de Escutas Divisão da Ação Social Gabinete da Rede Social



					<b>Círculo Arte e Recreio Gabinete</b>
<b>A partir de janeiro de 2019, são realizadas, pelo menos, 5 ações anuais que promovem a participação das crianças em iniciativas que visam a inclusão, e combatem todos os tipos de discriminação, racismo e xenofobia.</b>	Programa de atividades lúdico-pedagógicas contra a discriminação, o racismo e a xenofobia	- Nº de participantes  - Nº de atividades	Recursos técnicos e logísticos  Apoio financeiro	Crianças dos 6 aos 18 anos e famílias	CLAIM - Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes Divisão de Ação Social F21- Núcleo de Teatro do Oprimido de Guimarães Gabinete da Rede Social
<b>A partir de setembro de 2019, os projetos que são apresentados no âmbito do Orçamento Participativo nas escolas, têm maior envolvimento das crianças.</b>	Mecanismo de avaliação da participação das crianças na elaboração dos projetos	- Variação anual do nº de crianças envolvidas na apresentação dos projetos do Orçamento Participativo	Atribuição de verba para o orçamento participativo	Crianças dos 6 aos 18 anos e famílias	Agrupamentos de Escolas Divisão da Educação Divisão de Ação Social Gabinete da Rede Social

**Tabela 3: Objetivos Operacionais – EIXO I**

## EIXO II – Bem-Estar Social

OBJETIVO ESPECÍFICO/OPERACIONAL	MEDIDAS/POLÍTICAS	INDICADORES	RECURSOS NECESSÁRIOS	PÚBLICO- ALVO	RESPONSÁVEIS
A partir de setembro de 2019, será garantida a igualdade de acesso das crianças a material educativo, informático, e de suporte à atividade escolar.	Banco Municipal de empréstimo e cedência para as crianças com frequência do ensino obrigatório	- Banco Municipal em funcionamento  - Número de crianças apoiadas	Recursos técnicos, físicos e materiais  Apoio financeiro	Crianças dos 6 aos 18 anos	Agrupamentos de Escolas Divisão de Ação Social Divisão de Educação Escolas Secundárias e Profissionais Gabinete da Rede Social
A partir de setembro de 2019, são realizados pelo menos 5 projetos, que visam melhorar o nível de literacia em saúde das crianças e famílias, para a adoção de estilos de vida saudáveis.	Projetos e programas de educação para a saúde infantil	- N.º de crianças participantes  - N.º de famílias participantes  - N.º de projetos realizados	Recursos técnicos  Apoio financeiro	Crianças dos 0 aos 18 anos e famílias	ACES do Alto Ave Agrupamentos de Escolas Divisão de Ação Social Divisão de Educação Gabinete da Rede Social Hospital Senhora da Oliveira de Guimarães
A partir de janeiro de 2020, são realizadas pelo menos 10 ações com o objetivo de capacitar as crianças com competências em primeiros socorros, proteção digital e autodefesa pessoal.	Plano formativo em primeiros socorros, proteção digital e autodefesa pessoal	- N.º de ações desenvolvidas  - N.º de crianças abrangidas	Equipa de formadores especializados  Apoio financeiro	Crianças dos 12 aos 18 anos	ACES do Alto Ave INEM CPCJ Divisão de Ação Social Gabinete da Rede Social GNR PSP Segurança Social
Até janeiro de 2021, é realizado um diagnóstico da incidência das problemáticas de saúde mental nas crianças	Plano de Intervenção para a saúde mental infantojuvenil	- Relatório de diagnóstico  - Programas de intervenção	Recursos técnicos  Apoio financeiro	Crianças dos 0 aos 18 anos	ACES do Alto Ave Divisão de Ação Social Gabinete da Rede Social Hospital Senhora da Oliveira de Guimarães IPSS Universidade do Minho (Associação de Psicologia)

Até janeiro de 2020, as crianças oriundas de bairros sociais participam e integram, pelo menos, 5 projetos que promovem a integração, a segurança, e a convivialidade.	Apoio para o desenvolvimento de projetos culturais, desportivos, de incentivo ao sucesso educativo e ao desenvolvimento pessoal e social	- Nº de projetos - Nº de participantes envolvidos	Recursos técnicos Apoio financeiro	Crianças dos 0 aos 18 anos e famílias	CASFIG Divisão de Ação Social Fraternal Gabinete da Rede Social
Até janeiro de 2020, é criado um instrumento de avaliação e desenvolvido um programa de formação, que visa a qualificação das casas de acolhimento residencial e do trabalho realizado com as famílias.	Protocolo com as Universidades para a implementação de programas de formação	- Instrumento de avaliação - Nº de casas de acolhimento - Nº de técnicos qualificados	Técnicos especializados Apoio financeiro	Casas de Acolhimento residencial e famílias	Divisão de Ação Social Gabinete da Rede Social IPSS Universidade do Minho
Até janeiro de 2019, estão criadas medidas de proteção social integradas, que protegem todas as crianças em situação de privação.	Quadro de medidas para a proteção social na infância e na juventude	- Equipa multidisciplinar qualificada - Nº e tipo de medidas - Nº de crianças abrangidas	Recursos técnicos Apoio financeiro	Crianças dos 0 aos 18 anos	ADCL Agrupamentos de escolas CPCJ Divisão de Ação Social Divisão de Educação Gabinete da Rede Social Segurança Social (RLIS e Protocolos para a Ação Social)

**Tabela 4: Objetivos Operacionais – EIXO II**

## EIXO III – Território e Ambiente

OBJETIVO ESPECÍFICO/OPERACIONAL	MEDIDAS/POLÍTICAS	INDICADORES	RECURSOS NECESSÁRIOS	PÚBLICO- ALVO	RESPONSÁVEIS
Até ao final de 2020, todas as crianças, incluindo as que têm mobilidade condicionada, acedem e usufruem de espaços verdes e de lazer, serviços, equipamentos e mobiliário urbano, sem barreiras arquitetónicas.	Programa de melhoria para a mobilidade e acessibilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Passe municipal 6-18, com cobertura global do concelho</li> <li>- Tarifa complementar ao passe do estudante, associado ao transporte escolar, com utilização do transporte público concessionado sem limitações ou restrições de horário</li> <li>- N.º de horários e de autocarros adaptados às necessidades das crianças</li> <li>- N.º de Km de novas vias cicláveis</li> <li>- N.º de zonas 30 implementadas</li> <li>- N.º de barreiras arquitetónicas eliminadas</li> <li>- % de aumento das áreas afetas aos peões nos projetos de requalificação urbana</li> <li>- N.º de percursos pedonais acessíveis de, e para, os estabelecimentos de ensino</li> <li>- N.º de zonas condicionadas ao tráfego automóvel</li> </ul>	<p>Recursos técnicos</p> <p>Apoio financeiro</p>	Crianças dos 0 aos 18 anos	<p>Divisão de Ação Social</p> <p>Divisão de Trânsito e Espaço Público</p> <p>Divisão de Urbanismo e Promoção do Desenvolvimento</p> <p>Gabinete da Rede Social</p> <p>Polícia Municipal</p>



		<ul style="list-style-type: none"> <li>- % de aumento de veículos de transporte urbano de passageiros acessíveis a pessoas com mobilidade condicionada</li> <li>- Concessão da Autoridade de Transportes Municipal com critérios para o transporte de crianças</li> <li>- N.º de ações para a promoção da segurança rodoviária, vocacionadas para a criança</li> </ul>			
Até ao final de 2020, 50% das crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 18 anos, visitam os espaços verdes do concelho e conhecem o seu ambiente natural e a sua biodiversidade.	Plano de Ação para a mobilização e promoção do conhecimento dos espaços verdes pelas crianças	<ul style="list-style-type: none"> <li>- N.º de percursos pedestres criados/reabilitados</li> <li>- N.º de rotas criadas/requalificadas</li> <li>- N.º de painéis de informação e interpretação criados</li> <li>- N.º de visitas guiadas</li> <li>- N.º de crianças que realizaram visitas</li> </ul>	<p>Recursos técnicos</p> <p>Apoio financeiro</p>	Crianças dos 3 aos 18 anos e comunidade em geral	<p>Divisão de Ação Social</p> <p>Divisão de Espaços Verdes</p> <p>Divisão de Trânsito e Espaço Público</p> <p>Divisão de Urbanismo e Promoção do Desenvolvimento</p> <p>Gabinete da Rede Social</p> <p>Laboratório da Paisagem</p>
Até final de dezembro de 2020, o conselho da cidadania infantojuvenil apresenta propostas em, pelo menos, dois planos urbanísticos.	Instituição do procedimento de apresentação obrigatória dos planos urbanísticos ao conselho da cidadania infantojuvenil	<ul style="list-style-type: none"> <li>- N.º de planos urbanísticos que contaram com o envolvimento do conselho de cidadania infantojuvenil</li> <li>- N.º de intervenções realizadas com base nas sugestões do conselho de cidadania infantojuvenil</li> </ul>	<p>Recursos técnicos</p> <p>Apoio financeiro</p>	Crianças dos 6 aos 18 anos	<p>Divisão de Ação Social</p> <p>Divisão de Urbanismo e Promoção do Desenvolvimento</p> <p>Gabinete da Rede Social</p>



<p>Até ao final de 2020, 50% das crianças, dos 3 aos 18 anos, desenvolvem atividades que promovem a educação, a sensibilização e a consciencialização para boas práticas ambientais.</p>	<p>Guimarães + Verde – Compromisso para a criação de um Município com sustentabilidade ambiental</p>	<p>- N.º de atividades desenvolvidas - N.º participantes</p>	<p>Recursos técnicos Apoio financeiro</p>	<p>Crianças dos 3 aos 18 anos</p>	<p>Corpo Nacional de Escutas Divisão de Ação Social Divisão de Educação Divisão de Espaços Verdes Gabinete da Rede Social Laboratório da Paisagem Polícia Municipal Vimágua</p>
--	--	--	---	-----------------------------------	---

**Tabela 5: Objetivos Operacionais – EIXO III**

## EIXO IV – Relações Interpessoais

OBJETIVO ESPECÍFICO/OPERACIONAL	MEDIDAS/POLÍTICAS	INDICADORES	RECURSOS NECESSÁRIOS	PÚBLICO- ALVO	RESPONSÁVEIS
Até 31 de dezembro de 2020, está criado um gabinete de Apoio à Família, responsável por propor medidas de apoio à parentalidade.	Gabinete Municipal da Família	- Nº de medidas identificadas implementadas e avaliadas	Recursos logísticos e técnicos  Apoio financeiro	Família e Crianças dos 0 aos 18 anos	CPCJ Divisão de Ação Social Divisão de Educação Gabinete da Rede Social Segurança Social Universidade do Minho
Até 31 de dezembro de 2020, pelo menos 5 agrupamentos de escolas, implementaram programas de competências parentais.	Programas de Educação Parental acreditados pelo ministério da educação	- Nº de programas implementados  - Nº de programas acreditados  - Nº de participantes	Recursos técnicos  Apoio financeiro	Pais, educadores e técnicos	ACES do Alto Ave ADCL CASFIG CPCJ Divisão de Ação Social Divisão de Educação Fraterna Hospital Senhora da Oliveira
Até 31 de dezembro de 2020, pelo menos 75 técnicos e 25 dirigentes, das organizações públicas e da sociedade civil, estão capacitados sobre os direitos das crianças.	Programa de formação sobre os direitos das crianças para técnicos e dirigentes das organizações públicas da sociedade civil	- Plano de formação  - N.º de ações de divulgação  - N.º de participantes	Recursos técnicos  Apoio financeiro	Técnicos e dirigentes das organizações públicas e da sociedade civil	ADCL CPCJ Divisão da Educação Divisão de Ação Social Fórum Municipal para as Pessoas com Deficiência Gabinete da Rede Social Universidade do Minho
Até 31 de dezembro de 2020, pelo menos 1000 crianças com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos, sabem o que é o voluntariado, e conhecem práticas de voluntariado que promovem o	Plano de ação para a promoção de ações de sensibilização para o voluntariado nas escolas	- N.º de ações realizadas  - Nº de crianças participantes	Recursos técnicos  Apoio financeiro	Crianças dos 12 aos 18 anos	Agrupamentos de Escolas Banco Local de Voluntariado Casa da Juventude de Guimarães

<p>exercício da cidadania e desenvolvimento pessoal.</p>					<p>Corpo Nacional de Escutas Divisão de Ação Social Divisão de Educação FCAPGUI Fórum Municipal para as Pessoas com Deficiência Gabinete da Rede Social Universidade do Minho</p>
--	--	--	--	--	---

**Tabela 6: Objetivos Operacionais – EIXO IV**

## EIXO V – Cultura, Lazer e Desporto

OBJETIVO ESPECÍFICO/OPERACIONAL	MEDIDAS/POLÍTICAS	INDICADORES	RECURSOS NECESSÁRIOS	PÚBLICO- ALVO	RESPONSÁVEIS
Até dezembro de 2019, pelo menos 5000 crianças participam em atividades culturais, desportivas e de lazer, e pelo menos 5 crianças por agrupamento de escolas estão envolvidas na sua divulgação.	Agenda digital acessível às crianças para a divulgação da informação cultural, desportiva e de lazer	- Nº de crianças que participam em atividades culturais, desportivas e de lazer  - Nº de crianças envolvidas na divulgação  - Nº de agrupamentos	Recursos informáticos e técnicos  Apoio financeiro	Crianças dos 6 aos 18 anos	Arquivo Municipal Alfredo Pimenta Biblioteca Municipal Raúl Brandão Divisão de Ação Social Divisão de Cultura e Turismo Divisão de Sistemas de Informação Gabinete da Rede Social Museu Alberto Sampaio, Paço dos Duques de Bragança e Castelo de Guimarães, DRCN Serviços Educativos da Oficina Tempo Livre Universidade do Minho
Até setembro de 2020, são criadas medidas que incentivam a integração da componente artística de formação nas aprendizagens escolares.	Apoios para a formalização de protocolos entre escolas e associações artísticas	- N.º de protocolos formalizados  - Áreas das componentes artísticas abrangidas pelos protocolos	Recursos técnicos  Apoio financeiro	Crianças dos 3 aos 18 anos	Casa da Juventude Casa da Memória Divisão de Ação Social Divisão de Educação Gabinete da Rede Social Serviços Educativos da Oficina
Até novembro de 2019, pelo menos 3 escolas promovem projetos de educação patrimonial, cultural e desportiva.	Plano de ação para a promoção da educação patrimonial, cultural e desportiva nas escolas	- N.º de projetos por área  - N.º de participantes	Recursos técnicos  Apoio financeiro	Crianças dos 3 aos 18 anos	Agrupamentos de Escolas Centro Ciência Viva Divisão de Ação Social



					<p>Divisão de Cultura e Turismo</p> <p>Divisão de Educação</p> <p>Divisão do Centro Histórico</p> <p>Gabinete da Rede Social</p> <p>Museu Alberto Sampaio,</p> <p>Paço dos Duques de Bragança</p> <p>Castelo de Guimarães</p> <p>DRCN</p>
<p>Até dezembro de 2019, as crianças a frequentar o ensino secundário, valorizam a diversidade e desenvolvem capacidades de comunicação e interação social.</p>	<p>Incentivos para a realização de intercâmbios culturais e desportivos entre as zonas urbanas e rurais</p> <p>Erasmus +</p>	<p>- N.º de intercâmbios</p> <p>- N.º de participantes das zonas urbanas</p> <p>- N.º de projetos</p> <p>- N.º de participantes</p>	<p>Recursos técnicos</p> <p>Apoio financeiro</p>	<p>Crianças dos 13 aos 18 anos</p>	<p>Centro da Ciência Viva</p> <p>Divisão da Ação Social</p> <p>Divisão da Educação</p> <p>Divisão de Cultura e Turismo</p> <p>Gabinete da Rede Social</p> <p>Museu Alberto Sampaio</p> <p>Serviços Educativos da Oficina</p> <p>Tempo Livre</p> <p>Agrupamentos de Escolas</p> <p>Banco Local de Voluntariado</p> <p>Casa da Juventude</p>
<p>Até janeiro de 2020, o acesso das crianças com mobilidade condicionada às atividades e equipamentos desportivos, está garantido em, pelo menos, 50% dos equipamentos existentes.</p>	<p>Plano Municipal de Acessibilidades</p>	<p>- N.º de equipamentos desportivos adaptados</p>	<p>Recursos técnicos</p> <p>Apoio financeiro</p>	<p>Crianças dos 0 aos 18 anos</p>	<p>Divisão de Ação Social</p> <p>Divisão de Educação</p> <p>Divisão de Urbanismo e Promoção do Desenvolvimento</p>

					Fórum Municipal para as Pessoas com Deficiência Gabinete da Rede Social Tempo Livre
--	--	--	--	--	--

**Tabela 7: Objetivos Operacionais – EIXO V**

## EIXO VI – Educação

OBJETIVO ESPECÍFICO/OPERACIONAL	MEDIDAS/POLÍTICAS	INDICADORES	RECURSOS NECESSÁRIOS	PÚBLICO- ALVO	RESPONSÁVEIS/ OBJETIVO
A partir de dezembro de 2020, as crianças e os jovens de pelos menos dois agrupamentos de escolas trabalham propostas para incluir nos projetos educativos das escolas	Carta de princípios que salguarde a participação das crianças na construção dos projetos educativos	- Carta de princípios - Nº de crianças e jovens que apresentam propostas	Professores e Educadores Apoio financeiro	Crianças dos 3 aos 18 anos	Agrupamentos de Escolas Divisão da Educação Divisão de Ação Social Gabinete da Rede Social
Até ao final de 2020, são desenvolvidos, pelo menos, 5 projetos de boas práticas, que promovem a articulação entre escolas, associações locais e outras organizações	Prémio Municipal de boas práticas para projetos de inovação educacional	- Regulamento do prémio de boas práticas - Nº de projetos de boas práticas articulados	Recursos técnicos Apoio financeiro	Crianças dos 3 aos 18 anos	Agrupamentos de Escolas ACIG Casa da Juventude de Guimarães Centro Ciência Viva Divisão de Ação Social Gabinete da Rede Social
Até dezembro de 2019, são realizadas, pelo menos, 10 ações de prevenção do bullying, segregação e violência escolar.	Plano de ação de prevenção primária e secundária	- N.º de ações de prevenção - Nº de crianças envolvidas nas ações de prevenção	Equipa de trabalho multidisciplinar Apoio financeiro	Crianças dos 6 aos 18 anos	Agrupamentos de Escolas CPCJ Divisão da Educação Divisão de Ação Social Espaço Municipal para a Igualdade Gabinete da Rede Social GNR PSP
A partir de 2020, as ofertas formativas e educativas são divulgadas através de uma estrutura única, facilitando o acesso à informação e a escolhas informadas.	Estrutura de coordenação municipal da oferta educativa/formativa	- Plataforma em funcionamento	Recursos técnicos Apoio financeiro	Crianças dos 14 aos 18 anos	Agrupamentos de Escolas Divisão da Educação Escolas Secundárias e Profissionais

					Gabinete da Rede Social
Até dezembro de 2020, são realizados 25 ateliês, estágios e/ou escolas de verão, que proporcionam às crianças aprendizagens associadas ao mundo do trabalho	Criação de ateliês, estágios e escolas de verão	- N.º de participantes - N.º de ateliês/estágios /escolas de verão	Recursos técnicos Apoio financeiro	Crianças dos 12 aos 18 anos	ACIG Divisão da Ação Social Divisão de Educação Fórum para as Pessoas com Deficiência Gabinete da Rede Social Universidade do Minho

**Tabela 8: Objetivos Operacionais – EIXO VI**





## 5. GOVERNAÇÃO

O modelo de governação assenta no princípio da participação das crianças, na construção das políticas públicas para a infância no Município, favorecendo o seu envolvimento na vida pública. Os órgãos que constituem este modelo, no qual se inclui o Conselho da Cidadania Infantojuvenil, desenvolvem a sua atuação sob o olhar atento das crianças, que constroem, em permanência, opinião sobre os seus direitos de provisão e proteção, em defesa de uma cidade e de um concelho inclusivo onde todos fazem parte e onde as crianças são munícipes e cidadãos.

**O Modelo de Governação do PAL de Guimarães assenta em 3 órgãos que se articulam entre si: o Mecanismo de Coordenação; os Grupos de Trabalho e o Mecanismo de Participação** (ver fluxograma na secção 2 – Metodologia).

### Mecanismo de coordenação

O **mecanismo de coordenação** tem por responsabilidade delinear, acompanhar e avaliar a implementação do Programa Cidade amiga das Crianças no Município de Guimarães. Este mecanismo será liderado pela Vereadora de Ação Social, Paula Oliveira, sendo constituído por uma equipa multisectorial.

O princípio que esteve sujeito à sua composição foi o de integrar as entidades que estiveram na base da construção da Carta da Cidadania, observando assim uma linha de continuidade e de reforço de todo o trabalho já desenvolvido; os serviços que integram o núcleo executivo da rede social com intervenção direta nos eixos estratégicos de intervenção, garantindo desta forma uma forte ligação à rede social de Guimarães, no quadro da qual se desenvolvem e se otimizam muitas das dinâmicas sociais promovidas no concelho e onde muitos dos objetivos estratégicos definidos neste plano se inscrevem nas orientações estratégicas do Plano de Desenvolvimento Social para o Crescimento Inclusivo do Concelho de Guimarães 2015-2020; os serviços e órgãos municipais com influência no planeamento estratégico municipal ao nível dos eixos priorizados no PAL e a Universidade do Minho, enquanto estrutura educativa ligada ao conhecimento, à inovação e à investigação.

Passa a apresentar-se a composição detalhada deste Mecanismo de Coordenação, que é coordenado, tal como já referido, pela Vereadora da Ação Social da Câmara Municipal de Guimarães, Paula Oliveira.



Alexandra Cunha- Chefe da Divisão da Ação Social  
Alexandre Simões – Representante da Casa da Juventude de Guimarães  
Alexandrina Ribeiro - Técnica da Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais  
Ana Luísa Bastos e Maria José Nogueira Bastos - Representantes do Hospital Senhora da Oliveira  
Ana Moreno – Colaboradora da Divisão de Ação Social  
Aníbal Rocha - Presidente da Tempo Livre, Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres  
Arminda Timóteo - Representante da Associação de Apoio à Criança  
Carla Martins- Vice-reitora da Universidade do Minho  
Carlos Azevedo - Presidente da Federação Concelhia das Associações de Pais de Guimarães  
Carlos Ribeiro – Diretor Executivo do Laboratório da Paisagem  
Cristina Antunes - Enfermeira do Agrupamento de Centros de Saúde do Alto Ave  
Cristina Dias – Chefe de Divisão da CASFIG (Coordenação e Âmbito Social e Financeiro das Habitações Sociais de Guimarães)  
Dalila Sepúlveda – Chefe da Divisão de Serviços Urbanos  
Daniela Miranda – Colaboradora da Divisão de Ação Social, coordenadora do Plano de Ação Local das Cidades Amigas das Crianças  
Ernesto Machado – Representante do Corpo Nacional de Escutas, Junta de Núcleo de Guimarães  
Filipe Fontes – Diretor do Departamento de Urbanismo e de Promoção do Desenvolvimento  
Firmino Lopes - Professor convidado, Agrupamento de Escolas de Aباção  
Frederico Queiróz - Diretor Executivo da Oficina  
Henrique Araújo – Coordenador do Departamento da Polícia Municipal  
Irene Malheiro – Colaboradora da Divisão de Ação Social  
Isabel Baptista – Colaboradora da Divisão de Ação Social, Coordenadora do Gabinete da Rede Social de Guimarães  
Isabel Fernandes - Diretora do Museu Alberto Sampaio  
Isabel Loureiro – Coordenadora executiva da Estrutura de Missão da candidatura de Guimarães a Capital Verde Europeia 2020  
Isabel Pinho – Chefe da Divisão de Cultura e Turismo  
Jorge Correia – Representante da CPCJ  
Jorge Cristino – Adjunto do Vereador do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente  
Jorge Fernandes – Chefe da Divisão dos Espaços Verdes  
José Pinheiro- Representante dos Agrupamentos de Escolas no núcleo Executivo da Rede Social  
Luís Pires- Comandante da GNR  
Manuel Martins - Presidente da Associação Comercial e Industrial de Guimarães  
Manuel Sarmento – Presidente da Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais  
Manuela Silva – Coordenadora do Serviço Local de Guimarães da Segurança Social  
Margarida Morais – Colaboradora da Divisão do Centro Histórico  
Patrícia Ferreira – Adjunta da Vereadora da Divisão de Educação  
Rita Leão- Representante da Associação de Paralisia Cerebral de Guimarães  
Rui Castro – Chefe de Divisão dos Transportes e Espaço Público  
Rui Pereira - Comandante da PSP  
Sérgio Silva – Diretor Executivo do Centro Ciência Viva;  
Sofia Bragança – Chefe do Setor de Promoção e Qualidade da Água na Vimágua  
Tiago Borges - Representante das IPSS, Instituições Particulares de Solidariedade Social

O Mecanismo de Coordenação reúne 3 vezes por ano e zela pela execução das medidas políticas propostas. Deste Mecanismo de Coordenação emerge uma **Estrutura Executiva** que tem como função dar corpo às orientações do Mecanismo de Coordenação e fazê-las chegar aos restantes órgãos do modelo de governação. Esta estrutura executiva prepara informação, redige conteúdos, sistematiza a informação e garante o cumprimento da agenda.

## **Grupos de Trabalho**

Estão criados grupos de trabalho por cada um dos seis eixos estratégicos definidos pelo PAL, com a composição explanada no capítulo da Metodologia. Estes grupos têm como função zelar pelo cumprimento dos objetivos estratégicos e operacionais definidos, articular com os diferentes intervenientes para a sua execução, e monitorizar os indicadores definidos. Interligam sempre que necessário com o Conselho da Cidadania InfantoJuvenil. Reúnem trimestralmente.

## **Mecanismo de Participação**

O mecanismo de participação consubstancia-se no Conselho da Cidadania InfantoJuvenil e é constituído por crianças e jovens das onze comissões sociais interfreguesias, que voluntariamente integram este órgão, que tem por função dar contributos para a definição das políticas públicas e apresentar propostas ao Mecanismo de Coordenação. Reúne duas vezes por ano.

Estes três órgãos interligam diretamente com duas estruturas de avaliação, uma interna e outra externa, de acordo com o exposto no capítulo seguinte.



## 6. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

Para que se possa proceder a uma adequação contínua entre as necessidades diagnosticadas e as medidas que vão ser implementadas, é essencial a introdução de um sistema de avaliação e de monitorização que permita aferir o nível de desempenho destas medidas e também o grau de concretização dos objetivos estratégicos e operacionais. Este sistema tem também como finalidade suportar todo um processo de análise crítica que facilite, sempre que se justifique, a alteração de medidas e estratégias previamente definidas, como forma de melhorar o impacto, a eficácia e a eficiência do Plano de Ação Local.

Para o efeito, o Mecanismo de Coordenação deste Plano pressupõe a existência de duas estruturas de avaliação: a avaliação interna que é competência dos elementos do próprio Mecanismo de Coordenação, e a avaliação externa, que será desenvolvida pela Universidade do Minho, através do Centro de Investigação em Estudos da Criança e do Departamento de Ciências Sociais da Educação.

No contexto da avaliação interna a desenvolver, propomos que seja alojada no *site* da Câmara Municipal de Guimarães uma Plataforma de Avaliação *Online*, à qual todos os elementos do Mecanismo de Coordenação do PAL possam aceder, e que possibilite a introdução gradual e contínua de informações relativas ao decorrer das ações previstas neste Plano, a introdução de dados novos ou complementares de diagnóstico e também de sugestões de melhoria dos procedimentos. Esta Plataforma, conjuntamente com a Plataforma Digital para recolha de contributos e opiniões das crianças e jovens do concelho, permitirá ter uma perspetiva global e integrada de todo o processo, possibilitando assim adotar medidas corretivas e de melhoria, de forma contínua, e em tempo útil.

Os resultados deste sistema de avaliação e monitorização serão traduzidos em formato de relatório, com uma periodicidade anual. Neste Relatório de Progresso e Autoavaliação, a informação será organizada em tabelas, que permitam uma análise pormenorizada do impacto de cada uma das medidas, com base em metas e prazos, tendo subjacente a organização em torno de quatro tipo de indicadores: de recursos, de realização, de resultados e de contexto. Para cada indicador serão ainda identificados: a fonte da informação em análise, as variáveis que permitem a desagregação dos dados, a periodicidade da recolha de dados, o responsável por esta recolha, e o valor esperado. Neste documento constará ainda uma análise dos progressos alcançados, bem como um balanço da implementação do PAL.

Nas tabelas que se seguem, são caracterizados os indicadores analisados em cada um dos eixos definidos, de acordo com o seu tipo, designação, fonte, variáveis, periodicidade de recolha, responsável pela recolha e a meta associada proposta.

## EIXO I – Participação Cívica e Política

TIPO DE INDICADOR	DESIGNAÇÃO	FONTE	VARIÁVEIS	PERIODICIDADE DE RECOLHA	RESPONSÁVEL PELA RECOLHA	META ASSOCIADA
<b>A partir de 2019, pelo menos 4 políticas de âmbito local, lançadas pela Câmara Municipal e respetivos parceiros, são apreciadas pelo Conselho da Cidadania Infantojuvenil e devolvidas as conclusões ao Município.</b>						
Realização	- Conselho em funcionamento	- Regulamento - Atas - Fichas de presença	- Local - Data - Idade - Género - Deficiência - Área de residência - CSIF - Deliberações - Âmbito - Funcionamento	Trimestral	DAS	- 4 reuniões anuais; - 4 jovens/CSIF representados no conselho
Resultado	- Número de políticas validadas anualmente	- Deliberações	- Data - Áreas de abrangência das políticas (social, ambiental, saúde, etc.) - Benefícios produzidos (materiais, direitos, sociais, educativos, ambientais, saúde, etc.)	Semestral	UM	- 2 políticas validadas anualmente
<b>A partir de janeiro de 2019, é efetuado um levantamento junto de uma amostra de crianças e jovens, dos seus desejos, ideias e aspirações.</b>						
Recurso	- Documento de diagnóstico atualizado anualmente	- Plataforma de recolha de dados	- Desejos, ideias e aspirações (materiais, sociais, educativos, saúde, familiares, etc.).	Trimestral	ADCL	- Atualização anual
<b>A partir de janeiro de 2020, todas as crianças têm a possibilidade de expressar e registar as suas opiniões, e sugestões sobre o Município.</b>						
Recurso	- Plataforma em funcionamento	- Página WEB da Câmara Municipal de Guimarães	- Entradas - Erros - Adequação - Facilidade de acesso	Trimestral	Divisão dos Sistemas de Informação	- Relatório de execução semestral

Resultado	- Número e tipo de opiniões e sugestões registadas na plataforma	-Registos efetuados	- Idade - Género - Deficiência - Área de residência - CSIF - Opiniões, sugestões e reclamações (sociais, serviços públicos, educativos, saúde, ambiental, etc.).	Trimestral	DAS	- Relatório de resultados trimestral
<b>A partir de janeiro de 2020, estão criadas as condições para garantir a defesa ativa dos direitos das crianças.</b>						
Recurso	- Nomeação do Provedor em Assembleia Municipal	- Deliberação - Ato de posse	- Data - Competências	Anual	DAS	- Relatório de atividades anual
<b>A partir de janeiro de 2019, estão criados instrumentos que incentivam a participação das crianças em movimentos associativos infantojuvenis.</b>						
Realização	- Regulamento elaborado e adotado	- Publicação de regulamento	- Data - Âmbito de abrangência - Beneficiários (institucionais - cultural, desportivo, social, saúde, ambiental, etc.; crianças e jovens - idade, género, deficiência)	Anual	Casa da Juventude	- Relatório de execução anual
<b>A partir de janeiro de 2019, são realizadas, pelo menos, 5 ações anuais que promovem a participação das crianças em iniciativas que visam a inclusão, e combatem todos os tipos de discriminação, racismo e xenofobia</b>						
Resultado	- Nº de participantes	- Ficha de atividade - Folha de presenças	- Identificação da atividade - Local - Data - Hora - Idade - Género - Deficiência	Mensal	CLAIM	- Relatório trimestral

			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Área de residência</li> <li>- Grau de ensino</li> <li>- Estabelecimento de ensino</li> </ul>			
Resultado	- Nº de atividades	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ficha de atividade</li> <li>- Conteúdos programáticos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificação da atividade</li> <li>- Promotor</li> <li>- Parceiros</li> <li>- Local</li> <li>- Data</li> <li>- Hora</li> <li>- Sumário</li> </ul>	Mensal	CLAIM	- Relatório trimestral
<b>A partir de setembro de 2019, os projetos que são apresentados no âmbito do orçamento participativo nas escolas têm maior envolvimento das crianças</b>						
Realização	- Nº de crianças envolvidas na apresentação dos projetos do Orçamento Participativo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atas</li> <li>- Folhas de presença</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Idade</li> <li>- Género</li> <li>- Deficiência</li> <li>- Área de residência</li> <li>- CSIF</li> <li>- Grau de ensino</li> <li>- Estabelecimento de ensino</li> <li>- Deliberações</li> </ul>	Anual	Divisão da Educação	- 50 crianças envolvidas anualmente

## EIXO II – Bem-Estar Social

TIPO DE INDICADOR	DESIGNAÇÃO	FONTE	VARIÁVEIS	PERIODICIDADE DE RECOLHA	RESPONSÁVEL PELA RECOLHA	META ASSOCIADA
<b>A partir de setembro de 2019, será garantida a igualdade de acesso das crianças a material educativo, informático, e de suporte à atividade escolar</b>						
Recurso	- Banco municipal em funcionamento	- Regulamento	- Objeto - Abrangência - Organização - Funcionamento - Beneficiários	Anual	Divisão de Educação	- Relatório de execução anual
Resultado	- Número de crianças apoiadas	- Fichas de registo de entregas	- Idade - Género - Deficiência - Área de residência - CSIF - Grau de ensino - Estabelecimentos de ensino	Mensal	Divisão de Educação	- Monitorização trimestral
<b>A partir de setembro de 2019, são realizados pelo menos 5 projetos, que visam melhorar o nível de literacia em saúde das crianças e famílias, para a adoção de estilos de vida saudáveis</b>						
Resultado	- N.º de crianças participantes	- Folhas de presença - Fichas de atividade	- Identificação da atividade - Promotor da atividade - Parceiros - Data - Local - Idade - Género - Deficiência - Área de residência - CSIF - Grau de ensino - Estabelecimento de ensino	Trimestral	ACES	- 500 Crianças envolvidas anualmente



Resultado	- N.º de famílias participantes	- Folhas de presença - Fichas de atividade	- Identificação da atividade - Promotor da atividade - Parceiros - Data - Local - Número de elementos de cada agregado familiar - Idade - Género - Deficiência - Tipo de família (monoparental, nuclear, alargada) - Área de residência - Grau de ensino	Trimestral	ACES	- 25 Famílias envolvidas anualmente
Resultado	- N.º de projetos realizados	- Fichas de projeto	- Identificação do projeto - Abrangência - Promotor - Parceiros - Local - Data - Hora	Trimestral	ACES	- Relatório de execução anual
<b>A partir de janeiro de 2020, são realizadas pelo menos 10 ações, com o objetivo de capacitar as crianças com competências em primeiros socorros, proteção digital e autodefesa pessoal</b>						
Resultado	- Nº de ações desenvolvidas	- Fichas das ações - Conteúdos programáticos	- Identificação das ações - Temática (primeiros socorros, auto-defesa pessoal, proteção digital) - Promotor - Parceiros - Sumário - Localização - Data - Hora	Trimestral	DAS	- Relatórios de execução anual



Resultado	- N.º de crianças abrangidas	- Folhas de presença - Fichas das ações	- Identificação das ações - Local - Data - Idade - Género - Deficiência - Área de residência - CSIF - Grau de ensino - Estabelecimentos de ensino	Trimestral	DAS	- Relatório de monitorização anual
<b>Até janeiro de 2021 é realizado um diagnóstico de incidência das problemáticas de saúde mental nas crianças</b>						
Realização	- Relatório de diagnóstico	- Problemáticas - Perfis - Mapeamento	- Idade - Género - Deficiência - Área de residência - CSIF - Grau de ensino - Estabelecimentos de ensino - Apoios /Acompanhamentos clínico e social - Psicopatologia	Trimestral	Hospital N.º Sr.ª da Oliveira	- Monitorização anual
Realização	- Programas de intervenção	- Fichas de atividade	- Identificação da atividade - Promotor - Parceiros - Local - Data - Sumário - Destinatários - Áreas temáticas (patologias)	Semestral	Gabinete da Rede Social	- Relatório de execução anual

**Até janeiro de 2020, as crianças oriundas de bairros sociais participam e integram, pelo menos, 5 projetos que promovam a integração a segurança e a convivialidade**

Resultado	- Nº de projetos	- Fichas de projeto	- Identificação do projeto - Abrangência - Promotor - Parceiros - Local - Data - Sumário	Semestral	CASFIG	- 2 projetos anuais
Resultado	- Nº de participantes envolvidos	- Folhas de presença	- Identificação da atividade - Data - Local - Idade - Género - Deficiência - Área de residência - Grau de ensino - Estabelecimentos de ensino	Semestral	CASFIG	- Relatório de monitorização anual

**Até janeiro de 2020, é criado um instrumento de avaliação e desenvolvido um programa de formação, que visa a qualificação das casas de acolhimento residencial e do trabalho realizado com as famílias**

Recursos	- Instrumento de avaliação	- Ficha de avaliação	- Parâmetros de avaliação	Anual	UM	- Relatório de avaliação anual
Resultado	- Nº de casas de acolhimento	- Fichas de caracterização	- Identificação - Data de adesão	Anual	UM	- 2 Casas acolhimento qualificadas anualmente
Resultado	- Nº de técnicos qualificados	- Fichas de participantes	- Nome - Idade - Profissão - Formação - Entidade empregadora	Anual	UM	- 10 técnicos qualificados

**Até janeiro de 2020, estão criadas medidas de proteção social integradas, que protegem todas as crianças em situação de privação**

Recurso	- Equipa multidisciplinar qualificada	- Deliberação - Regulamento	- Perfil da equipa (área de formação profissional, serviço enquadrador e tempo disponibilizado) - Organização - Funcionamento	Anual	DAS	- Constituição da equipa até outubro de 2018
Resultados	- Nº e tipo de medidas	- Deliberações - Atas	- Âmbito das medidas (social, educativa, desportiva, cultural...) - Duração	Anual	CPCJ	- 2 Medidas anuais
Resultado	- Nº de crianças abrangidas	- Fichas de registo	- Idade - Género - Deficiência - Área de residência - Grau de ensino - Estabelecimento de ensino	Anual	CPCJ	- Relatório de execução anual

**Tabela 10: Indicadores – EIXOII**

### EIXO III – Território e Ambiente

TIPO DE INDICADOR	DESIGNAÇÃO	FONTE	VARIÁVEIS	PERIODICIDADE DE RECOLHA	RESPONSÁVEL PELA RECOLHA	META ASSOCIADA
<b>Até ao final de 2020, todas as crianças, incluindo as que têm mobilidade condicionada, acedem e usufruem de espaços verdes e de lazer, serviços, equipamentos e mobiliário urbano, sem barreiras arquitetónicas.</b>						
Recurso	- Passe municipal 6-18, com cobertura global do concelho	- Regulamento do Passe Municipal	- Idade - Género - Deficiência - Zonas territoriais abrangidas	Mensal	Divisão de Transito e Espaço Público	- 75% das crianças dos 6-18 anos usufruem do Passe Municipal
Recurso	- Tarifa complementar ao passe do estudante, associado ao transporte escolar, com utilização do transporte público concessionado sem limitações ou restrições de horário	- Regulamento do Passe do estudante	- Idade - Género - Deficiência - Zonas territoriais abrangidas - Horários	Mensal	Divisão de Transito e Espaço Público	- 100% das crianças que têm passe de estudante
Resultado	- N.º de horários e de autocarros adaptados às necessidades das crianças	- Mapa dos horários - Mapeamento dos circuitos dos autocarros	- Horários - Trajetos dos autocarros - Localização dos serviços (culturais, educativos, desportivos e de lazer)	Anual	Divisão de transporte e Espaço Público	- 50% dos horários e dos autocarros estão adaptados às necessidades das crianças
Resultado	- N.º de Km de novas vias cicláveis	- Mapa de vias cicláveis	- Km de vias cicláveis - Trajetos	Anual	Divisão de Transporte e Espaço Público	- Aumentar em 50% as vias cicláveis



Resultado	- Nº de zonas 30 implementadas	- Mapa de Sinalização de zonas 30	- Sinalização - Localização - Área territorial abrangida	Anual	Divisão de transporte e Espaço Público	- Aumentar anualmente em 20% o número de zonas 30
Resultado	- Nº de barreiras arquitetónicas eliminadas	- Mapeamento das barreiras intervencionadas	- Tipo de barreiras (rebaixamento de passeios, rampas, sinalização) - Localização	Anual	Divisão de Urbanismo e Promoção do Desenvolvimento	- Aumentar anualmente em 20% o número de barreiras arquitetónicas eliminadas
Resultado	- % de aumento das áreas afetas aos peões nos projetos de requalificação urbana	- Mapeamento das áreas afetas aos peões	- Área	Anual	Divisão de Urbanismo e Promoção do Desenvolvimento	- Aumentar anualmente em 20% as áreas afetas aos peões nos projetos de requalificação urbana
Resultado	- Nº de percursos pedonais acessíveis de e para os estabelecimentos de ensino	- Mapeamento	- Kms de percursos pedonais - Localização - Trajetos - Tipo de percursos - Utilizadores (idade; género; deficiência) - Horários de utilização	Anual	Divisão de Transito e Espaço Público	- Aumentar anualmente em 20% o número de percursos pedonais acessíveis para os estabelecimentos de ensino
Resultado	- Nº de zonas condicionadas ao tráfego automóvel	- Mapeamento	- Sinalização	Anual	Divisão de Transito e Espaço Público	- Aumentar anualmente em 15% o número de zonas condicionadas ao tráfego automóvel
Resultado	- % de aumento de veículos de transporte urbano de	- Frota de Autocarros Acessíveis	- Autocarros com rampa	Anual	Divisão de Transito e Espaço Público	- Aumentar anualmente em 5 % o número de

	passageiros acessíveis a pessoas com mobilidade condicionada	- Linhas de Autocarro com acesso fácil	- Autocarros com piso rebaixado			autocarros com acesso fácil
Resultado	- Nº de ações para a promoção da segurança rodoviária, vocacionadas para a criança	- Listas de Presença - Planos Formativos - Ficha de ação	- Locais de realização - Identificação da ação - Data - Idade - Género - Deficiência - Grau de ensino - Estabelecimento de ensino	Semestral	PSP/GNR	- Abranger anualmente 200 crianças
<b>Até ao final de 2020, 50% das crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 18 anos, visitam os espaços verdes do concelho e conhecem o seu ambiente natural e a sua biodiversidade</b>						
Resultado	- N.º de percursos pedestres criados/reabilitados	- Mapeamento	- Kms - Localização - Tipo de Intervenção (nova ou de reabilitação)	Semestral	DSUA	- Criar ou Reabilitar anualmente 5 percursos
Resultado	- N.º de rotas criadas/requalificadas	- Mapeamento	- Percursos - Kms - Localização	Anual	Divisão de Espaços Verdes	- Criar ou Requalificar anualmente 2 rotas
Resultado	- N.º de painéis de informação e interpretação criados	- Mapeamento - Memórias Descritivas	- Informação registada - Localização	Semestral	Laboratório da Paisagem	- 10 painéis anuais
Resultado	- Nº de visitas guiadas	- Registo das Visitas - Plano das Visitas	- Local - Data - Hora - Roteiro - Entidade promotora	Trimestral	Laboratório da Paisagem	- Realizar anualmente 10 visitas



Resultado	- Nº de crianças que realizaram visitas	- Listas de Presenças	- Idade - Género - Deficiência - Área de residência - Grau de ensino - Estabelecimento escolar	Trimestral	Laboratório da Paisagem	- Abranger anualmente 200 crianças
<b>Até final de dezembro de 2020, o conselho da cidadania infantojuvenil apresenta propostas em, pelo menos, dois planos urbanísticos</b>						
Resultado	- Nº de planos urbanísticos que contaram com o envolvimento do conselho de cidadania infantojuvenil	- Atas de Reuniões - Deliberações	- Reclamações - Observações - Sugestões	Anual	Divisão de Urbanismo e Promoção de Desenvolvimento	- 2 Sugestões anuais
Resultado	- N.º de intervenções realizadas com base nas sugestões do conselho de cidadania infantojuvenil	- Mapeamento	- Tipo de intervenção (espaço edificado ou espaço público)	Anual	Divisão de Urbanismo e Promoção do Desenvolvimento	- 2 intervenções anuais
<b>Até ao final de 2020, 50% das crianças, dos 3 aos 18 anos, participam em atividades que promovem a educação, a sensibilização e a consciencialização para boas práticas ambientais</b>						
Resultado	- N.º de atividades desenvolvidas	- Fichas de Registo das Atividade - Memorandos das Atividades - Sumários	- Entidade promotora - Identificação da atividade - Tipo de atividades - Educação - Sensibilização - Consciencialização - Local - Data - Hora	Trimestral	Laboratório da Paisagem	- 3 atividades anuais





Resultado	- N.º participantes	- Listas de presenças	- Idade - Género - Deficiência - Área de residência - Grau de ensino - Estabelecimento ensino	Trimestral	Divisão de Ação Social	- 100 crianças anualmente
-----------	---------------------	-----------------------	--	------------	------------------------	---------------------------

**Tabela 11: Indicadores – EIXOIII**

## EIXO IV – Relações Interpessoais

TIPO DE INDICADOR	DESIGNAÇÃO	FONTE	VARIÁVEIS	PERIODICIDADE DE RECOLHA	RESPONSÁVEL PELA RECOLHA	META ASSOCIADA
<b>Até 31 de dezembro de 2020, estão identificadas, implementadas e avaliadas medidas de apoio à família</b>						
Resultado	- Nº de medidas identificadas, implementadas e avaliadas	- Deliberações - Atas de reuniões - Relatórios de execução e de avaliação	- Data - Tipo de medidas - Âmbito de intervenção - Tipo de famílias (nucleares, monoparentais, numerosas; alargadas, etc.)	Anual	Universidade do Minho	- 2 medidas anuais
<b>Até 31 de dezembro de 2020, pelo menos cinco agrupamentos de escolas implementaram programas de competências parentais</b>						
Resultado	- Nº de programas implementados	- Fichas de Registo - Plano de Formação - Sumários - Certificados	- Local - Data - Tempo de duração - Acreditação - Sumários	Semestral	ADCL	- 3 programas anuais
Resultado	- Nº de programas acreditados	- Deliberação Ministério da Educação	- Identificação do programa local - Data da realização	Anual	Divisão de Educação	- 1 programa acreditado
Resultado	- Nº de participantes	- Fichas de Inscrição - Folhas de Presença	- Identificação do programa - Local - Data - Idade - Género - Deficiência - Entidade enquadradora - Grau de escolaridade - Profissão	Semestral	ADCL/CASFIG	- 50 participantes anualmente



**Até 31 de dezembro de 2020, pelo menos 75 técnicos e 25 dirigentes das organizações públicas e da sociedade civil estão capacitados sobre os direitos das crianças**

Recurso	- Plano de formação	- Conteúdos formativos - Fichas de formação	- Identificação - Local - Data de realização - Entidade promotora - Entidade dinamizadora - Sumários	Semestral	UM	- 2 formações anuais
Resultado	- N.º de ações de divulgação	- Listas de presença - Ficha de ação	- Designação - Data - Local - Sumários - Idade - Género - Deficiência - Grau de ensino - Estabelecimento enquadrador	Trimestral	DAS	- 3 ações de divulgação anuais
Resultado	- N.º de participantes	- Lista de Presenças - Fichas de inscrição	- Identificação da atividade - Data - Local - Idade - Género - Deficiência - Grau de ensino - Estabelecimento enquadrador - Profissão	Semestral	DAS	- 50 participantes anualmente



**Até 31 de dezembro de 2020, pelo menos 1000 crianças com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos, sabem o que é o voluntariado e conhecem práticas de voluntariado que promovem o exercício da cidadania e desenvolvimento pessoal**

Resultado	- Nº de ações realizadas	- Fichas de Ação	- Identificação da ação - Data - Local	Trimestral	BLV	- 3 ações de divulgação anuais
Resultado	- Nº de participantes	- Fichas de inscrição - Lista de presenças	- Identificação da ação - Data - Local - Idade - Género - Deficiência - Grau de ensino - Estabelecimento de ensino	Trimestral	BLV	- 300 crianças anualmente

**Tabela 12: Indicadores – EIXOIV**

## EIXO V – Cultura, Lazer e Desporto

TIPO DE INDICADOR	DESIGNAÇÃO	FONTE	VARIÁVEIS	PERIODICIDADE DE RECOLHA	RESPONSÁVEL PELA RECOLHA	META ASSOCIADA
<b>Até dezembro de 2019, pelo menos 5000 crianças participam em atividades culturais, desportivas e de lazer, e pelo menos 5 crianças por agrupamento de escolas estão envolvidas na sua divulgação</b>						
Resultado	- Nº de crianças que participam em atividades culturais, desportivas e de lazer	- Ficha de atividade - Fichas de presença	- Identificação da atividade - Sumário - Data - Hora - Local - Idade - Género - Deficiência - Área geográfica - Grau de ensino	Mensal	DAS	- 1000 crianças anualmente
Resultado	- Nº de crianças envolvidas na divulgação	- Fichas de registo dos conteúdos de divulgação - Meios de divulgação	- Sumário - Data - Hora - Local - Idade - Género - Deficiência - Área geográfica - Grau de ensino - Estabelecimento de ensino - Divulgação (Facebook, jornal escolar, página web)	Trimestral	Divisão da Educação	- 30 crianças anualmente



Resultado	- Nº de agrupamentos	- Fichas de atividade	- Sumário - Data - Hora - Local - Estabelecimento de ensino	Trimestral	Divisão da Educação	- 4 agrupamentos
<b>Até setembro de 2020, são criadas medidas que incentivam a integração da componente artística de formação nas aprendizagens escolares</b>						
Resultado	- N.º de protocolos formalizados	- Normas do Protocolo	- Data - Intervenientes Responsabilidades	Anual	Divisão da educação	- 2 protocolos anuais
<b>Até novembro de 2019, pelo menos 3 escolas promovem projetos de educação patrimonial, cultural e desportiva</b>						
Resultado	- N.º de projetos por área	- Fichas de projeto	Identificação do projeto - Área territorial Promotor Parceiros - Área de intervenção (patrimonial, cultural e desportiva)	Trimestral	Divisão da educação	- 2 projetos anuais
Resultado	- N.º de participantes	- Fichas de presenças	Identificação do projeto - Idade - Género - Área geográfica - Grau de ensino - Estabelecimento de ensino - Deficiência	Trimestral	Divisão da Educação	- 100 crianças anualmente



<b>Até dezembro de 2019, estão realizados 2 eventos de intercâmbio cultural e desportivo, entre crianças das zonas urbanas e rurais</b>						
Resultado	- N.º de intercâmbios	- Fichas de atividade	- Sumário - Data - Hora - Local - Área de intervenção	Anual	Tempo Livre	- 1 Intercâmbio anual
Resultado	- N.º de participantes	- Fichas de inscrição	- Idade - Género - Deficiência - Área geográfica (zona urbana e zona rural) - Grau de ensino - Estabelecimento de ensino	Anual	Tempo Livre	- 50 crianças anualmente
<b>Até dezembro de 2020, estão organizados, pelo menos, 3 projetos de mobilidade cultural e educacional dirigido às crianças nos planos regionais, nacional e internacional</b>						
Resultado	- Nº de projetos	- Fichas de projeto	- Área de intervenção (cultural e educacional) - Âmbito de intervenção (regional, nacional e internacional) - Sumários - Data - Local	Anual	Banco Local de Voluntariado	- 1 projeto anual
Resultado	- Nº de participantes	- Fichas de inscrição	- Ficha de identificação do projeto - Idade - Género - Deficiência - Área geográfica	Anual	Banco Local de Voluntariado	- 50 crianças anualmente

			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grau de ensino</li> <li>- Estabelecimento de ensino</li> <li>- Tempo Livre</li> </ul>			
<b>Até janeiro de 2020, o acesso das crianças com mobilidade condicionada, às atividades e equipamentos desportivos, está garantido em pelo menos 50% dos equipamentos existentes</b>						
Recursos	- Nº de equipamentos desportivos adaptados	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Projetos de construção</li> <li>- Projetos de arquitetura</li> <li>- Registo geográfico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tipo de barreiras eliminadas (acessos, rebaixamento de passeios, corrimãos, elevadoras, etc.)</li> </ul>	Anual	Fórum Municipal para a Deficiência	- 2 equipamentos desportivos anualmente

**Tabela 13: Indicadores – EIXOV**



## EIXO VI – Educação

TIPO DE INDICADOR	DESIGNAÇÃO	FONTE	VARIÁVEIS	PERIODICIDADE DE RECOLHA	RESPONSÁVEL PELA RECOLHA	META ASSOCIADA
<b>A partir de setembro de 2019, são recolhidas anualmente propostas, junto de 50 crianças e jovens, com vista à inclusão nos projetos educativos</b>						
Recursos	- Carta de princípios	- Ata de deliberação - Texto/conteúdo da carta de princípios	- Data - Local - Âmbito - Abrangência	Anual	- Divisão da Educação	- Aprovação da carta em 2018
Resultado	- Nº de crianças e jovens que apresentam propostas	- Fichas de propostas - Fichas de proponentes - Fichas de projetos	- Âmbito temático - Sugestões/propostas - Data - Local - Idade - Género - Deficiência - Área geográfica - Grau de ensino - Estabelecimento de ensino	Anual	- Divisão da Educação	- 20 crianças anualmente
<b>Até ao final de 2019, são desenvolvidos 5 projetos de boas práticas, que promovem a articulação entre escolas, associações locais e outras organizações</b>						
Recurso	- Regulamento do prémio de boas práticas	- Ata de deliberação - Publicação	- Data - Âmbito - Abrangência - Destinatários	Anual	- Divisão da Educação	- 5 propostas de candidatura
Resultado	- Nº e tipo de projetos de boas práticas articulados:	- Memórias descritivas - Fichas de proponentes - Fichas de parceria	- Âmbito temático - Parceiros (escolas, associações ou outras organizações) - Abrangência	Anual	- DAS	- 2 projetos anuais



			- Destinatários: Idade- género) - Deficiência - Área geográfica - Grau de ensino - Estabelecimento de ensino			
<b>Até ao final de 2019, são realizadas, pelo menos, 10 ações de prevenção do bullying, segregação e violência escolar</b>						
Resultado	- N.º de ações de prevenção	- Fichas de ação	- Data - Área temática - Local - Entidade promotora - Entidade dinamizadora	Semestral	- EMI	- 3 ações anuais
Resultado	- N.º de crianças envolvidas nas ações de prevenção	- Fichas de presença	Ficha de identificação da atividade - Idade - Género - Área geográfica - Grau de ensino - Estabelecimento de ensino - Deficiência	Semestral	- EMI	- 180 crianças anualmente
<b>Em setembro de 2020, as ofertas formativas e educativas são divulgadas através de uma estrutura única</b>						
Recurso	- Plataforma em funcionamento	- Campos de informação da plataforma	- Áreas de formação - Duração - Destinatários - Idade - Género - Deficiência - Área geográfica	Semestral	- Divisão de Educação	- Até janeiro de 2020, estão construídos os conteúdos da plataforma



			- Grau de ensino - Estabelecimento de ensino - Inscrições por área de formação			
<b>Até dezembro de 2020, são realizados 25 ateliês, estágios e/ou escolas de verão, que proporcionam às crianças aprendizagens associadas ao mundo do trabalho</b>						
Resultado	- N.º de participantes	- Ficha de participante	- Ficha de identificação da atividade - Idade - Género - Deficiência - Área geográfica - Grau de ensino - Estabelecimento de ensino	Anual	- DAS	- 100 crianças anualmente
Resultado	- N.º de ateliês/estágios/escolas de verão	- Ficha de atividade	- Área temática - Data - Local - Entidade promotora - Entidade dinamizadora - Sumários	Anual	- DAS	- pelo menos 20 atividades (ateliês, estágios, escolas de verão) anualmente

**Tabela 14: Indicadores – EIXOVI**



## **7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Carta da Cidadania Infantojuvenil do Concelho de Guimarães (2016, abril)  
Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais  
Disponível em <http://www.ccij.adcl.org.pt/detalhenoticia.php?idnoticia=48>

Convenção sobre os Direitos da Criança  
Adotada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989 e ratificada por Portugal  
em 21 de setembro de 1990  
Ed. Comité Português para a UNICEF

Plano de Desenvolvimento Social para o Crescimento Inclusivo, 2015-2020 (2015, fevereiro)  
Rede Social de Guimarães  
Disponível em [http://www.cm-guimaraes.pt/uploads/writer\\_file/document/5528/PDS\\_2015-2020.pdf](http://www.cm-guimaraes.pt/uploads/writer_file/document/5528/PDS_2015-2020.pdf)



## **8. ANEXOS**

ANEXO I: Carta da Cidadania Infantojuvenil

ANEXO II: Declaração de delegação de competências

ANEXO III: Atas de Reuniões